



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 003/2014/SEMA/MT

PROCESSO N.º 495955/2013

O ESTADO DE MATO GROSSO, através da SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA, neste ato representado por sua PREGOEIRA, nomeada pelo Ato n.º 18.870/2014, de 26/02/2014, publicada no D.O.E. em 26/02/2014, bem como designado pela Portaria n.º 002/2014/ SEMA, publicada no D.O.E. do dia 13 de março de 2014, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE ÚNICO**, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, em conformidade com as Leis Federais n.º 10.520/02 e n.º 8.666/93, c/c a Lei Estadual n.º 7.696/02 e com os Decretos Estaduais n.º 7.217/06 e n.º 7.218/06.

A SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA por meio de utilização de recursos de tecnologia de informação torna público para conhecimento dos interessados que o recebimento das propostas será a partir **do dia 07 de julho de 2014 até às 13h30 do dia 18 de julho de 2014**. A abertura das propostas será realizada às **14h00 do dia 18 julho de 2014**, tendo **como referência o horário Cuiabá**. A licitação será regida pela Lei n.º 10.520/2002, 8.666/93, 123/2006 e pelos Decretos 7.217/06 e suas alterações, 635/2007, 8.199/2006, 7.218/2006 e legislação pertinente.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, via INTERNET, mediante condições de segurança criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor integrante da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, denominado (a) Pregoeiro (a) mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo licitações da SAD, constante da página eletrônica do Sistema de Aquisições Governamentais da SAD – www.sad.mt.gov.br/portaldeaquisicoes.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO - PROCESSO Nº. 495955/2013.

1.1 A presente licitação tem por objeto a “**AQUISIÇÃO DE RECEPTORES GPS E RASTREADOR DE SINAIS DE GPS**”, devendo ser observadas as especificações e quantidades, discriminadas no **Anexo I – Formulário Padrão de Proposta**, que fazem parte integrante deste Edital.

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Somente será admitida a participação neste certame, de pessoas jurídicas, que comprovem com documentos de registros ou autorizações legais, que explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação e atendam as exigências do edital e seus anexos;

2.2. Somente será admitida a participação neste certame, de empresas que comprovadamente explorem o ramo de atividade, objeto da Licitação.

2.3. Poderão participar as empresas que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos, correndo por sua conta todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização às licitantes pela realização de tais atos.

2.4. Não será admitida na Licitação a participação de empresas enquadradas em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:

a) que se encontrem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

b) que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas ou punidas com suspensão por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado no Cadastro de Fornecedores do Estado, conforme o caso, pelo órgão que o praticou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;

c) estrangeiras que não funcionem no País, e;

d) que não atendam a todos os termos e condições do edital e legislação pertinente;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

e) que em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si.

2.5. Sob pena de inabilitação ou desclassificação, todos os documentos apresentados deverão referir-se ao mesmo CNPJ constante na proposta de preços

3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1. As pessoas jurídicas ou empresas individuais interessadas em participar do certame, deverão preencher eletronicamente o “Termo de Credenciamento” informando o nome do credenciado, atribuindo-lhe poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema eletrônico.

3.2. Para participar do Sistema do Pregão Eletrônico a interessada deverá se cadastrar no site, no aplicativo “Portal de Aquisições – menu Fornecedor – como se cadastrar, informando os dados da empresa, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

3.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu credenciado, não cabendo à SAD a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.4. A solicitação de credenciamento de responsável para representar os interesses da empresa licitante junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.5. É vedado a qualquer credenciado representar mais de uma empresa proponente, salvo, nos casos de representação para itens distintos.

3.6. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

3.7. Dúvidas e informações pertinentes ao cadastramento no siag, poderão ser esclarecidas pelo telefone (65) 3613-3606. (Graciele ou João Bosco)



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

3.8. O credenciado pela empresa deverá dispor de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, no site: <http://aquisicoes.sad.mt.gov.br/>.

3.9. A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado, do responsável legal da empresa ou por iniciativa do Cadastro Geral de Fornecedores/MT, devidamente justificado e nas hipóteses previstas no Decreto n. 7.218/2006.

3.10 Os ofícios de encaminhamento da solicitação de cadastro, estão disponibilizados no site, no menu “como se cadastrar”.

3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da presente licitação, servidor de qualquer órgão ou entidade vinculado ao órgão promotor da licitação, bem como a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

3.12. A participação no certame se dará por meio do sistema eletrônico no site www.aquisicoes.sad.mt.gov.br, no menu “Fornecedores” – “Área do Licitante”, mediante digitação de login e senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente inclusão de sua proposta de preços e demais documentos solicitados na proposta de preços e na habilitação, até 30 (trinta) minutos antes do horário estabelecido para o início da sessão

4. DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

4.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - MPE que desejarem obter os benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/2006, deverão solicitar o tratamento diferenciado declarando no Ato do **Credenciamento** e no momento da **Habilitação** comprovar a situação.

4.1.1. A não apresentação dos documentos mencionados no item 4.1. configurará renúncia aos benefícios da citada legislação.

4.2. Após a fase de lances, se configurará “empate ficto” quando houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à menor proposta de uma empresa comum.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

4.3. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste Edital, passará a ser a vencedora.

4.4. O convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

4.4.1. Havendo outras licitantes que se enquadram na condição prevista no item 4.2, estas serão convocadas, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

4.5. Na hipótese de não contratação nos termos previstos no item 4.3, o procedimento licitatório prossegue com os demais licitantes.

4.6. Para a regularização será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

4.7. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

5. DO ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS

5.1. A Proposta de Preços deverá ser anexada e encaminhada via sistema eletrônico, conforme o Formulário Padrão de Proposta (Anexo I), **redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, sem alternativas, sem emendas, sem rasuras ou entrelinhas, devidamente datadas e assinadas na última folha e rubricadas nas demais pelo representante legal da licitante.**



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

5.1.1. Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, a licitante deverá encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, apresentando o valor global até a data e hora, descritos no preâmbulo deste Edital, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

5.1.2. O pregão eletrônico será conduzido pelo órgão ou entidade promotor da licitação, com apoio técnico e operacional da Secretaria de Estado de Administração - SAD/MT.

5.2. Na Proposta serão consignados:

- a)** Identificação da proponente, endereço completo (rua, número, bairro, cidade, estado), números de telefone, fax, e-mail, Banco, Agência, Conta Corrente, CNPJ e Inscrição Estadual ou Municipal e menção do número do Edital, nome do Órgão e número para o Lote;
- b)** Todas as despesas com transportes, instalação, impostos, taxas ou quaisquer outros encargos, inclusive carga e descarga dos materiais/serviços;
- c)** Valor total do lote também deverá estar exposto por extenso;
- d)** Conter uma única cotação, com preço unitário e total em moeda corrente nacional, sendo o total exposto em algarismos e, também, por extenso, sem previsão inflacionária;
- e)** Em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros, e entre os valores expressos em algarismo e por extenso, será considerado este último;
- f)** Especificação com detalhamento claro e preciso para cada item, indicando todos os elementos que identifiquem perfeitamente o PRODUTO; inclusive sua marca e modelo;
- g)** Prazo mínimo de validade da proposta 60 (sessenta) dias, a contar da data da realização do certame, podendo ser prorrogado por igual período;
- h)** Oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;

5.3. A Empresa proponente deverá apresentar proposta da totalidade do Lote Único.

5.4. Para efeito de julgamento das propostas, nenhuma oferta de vantagem não prevista neste Edital e seus anexos serão considerados.

5.5. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
 SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
 COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

5.6. O Pregoeiro poderá, no interesse da SEMA/MT, relevar excesso de formalismo nas propostas apresentadas pelos licitantes, desde que não comprometam a lisura e o caráter competitivo da licitação.

5.7. Deverão acompanhar, em separado, a proposta escrita ainda os seguintes documentos, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO:

a) Catálogo descritivo do produto licitado ou cópia autenticada do mesmo, o qual deverá conter no mínimo as especificações constantes nos Anexos deste Edital, com apresentação nítida e legível;

a.1) Somente será considerado válido catálogo anexado no sistema eletrônico, desde que este possibilite a averiguação completa da descrição do objeto e conste a origem do *site* oficial do fabricante e que informe a “FONTE” (endereço completo <http://www.fabricantex.com/produtox>) do respectivo documento, possibilitando a comprovação da autenticidade do documento proposto;

a.2) Ficam vedadas quaisquer transformações, montagens ou adaptações na especificação original do catálogo ofertado;

a.3) No caso de catálogo com diversos modelos, o proponente deverá identificar qual a marca/modelo em que estará concorrendo na licitação;

a.4) Quando o catálogo for omissivo na descrição de algum item de composição, será aceita Declaração Complementar do Fabricante ou Distribuidor, descrevendo a especificação faltante no prospecto. Contendo, inclusive, a afirmação do compromisso de entrega do produto na forma ora declarada, sob pena de desclassificação da proposta escrita. Ficando ressalvado que a descrição a ser ofertada deverá ser o do objeto ofertado, não podendo ser cópia fiel do contido no presente Edital, salvo se este corresponder em sua integralidade às especificações requisitadas.

5.8. A participação no pregão eletrônico ocorrerá mediante digitação de senha privativa do licitante.

5.9. Até a data e hora estipulada no preâmbulo deste Edital, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

5.10. O licitante responsabilizar-se-á inteiramente por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes as propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
 SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
 COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

5.11. O licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.12. A microempresa e empresa de pequeno porte que quiser usufruir dos benefícios concedidos pela LC 123/2006 deverá identificar-se no sistema, antes do envio da proposta.

5.13. O licitante responsabilizará por declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitando às sanções previstas no Decreto Federal n. 5.450/05.

5.14. As licitantes convocadas pelo Sr(a) Pregoeiro(a) deverão enviar a Proposta de Preços atualizada e os documentos em original ou cópia autenticada.

5.15. A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

5.16. A documentação solicitada para participação deste pregão deverá ser **anexada ao sistema** conforme o tipo de documento (documentos de proposta de preços (item 4 do edital) - Anexo “de propostas” e documentos de habilitação (item 6 do edital) – Anexo “da habilitação”). A inversão de documentos anexados ao sistema implica em desclassificação/inabilitação da licitante.

5.17. Todas as declarações exigidas na proposta de preços deverão estar devidamente assinadas pelo responsável legal da empresa, sob pena de desclassificação do certame.

5.18. O licitante que for beneficiado pela Isenção do ICMS, conforme Regulamento do ICMS do Estado de Mato Grosso editado em conformidade com o Convênio ICMS nº 73/04, aprovado pelo CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária **DEVERÁ considerar no preço proposto o desconto equivalente ao imposto dispensado, conforme modelo constante na PROPOSTA DE PREÇOS;**

6. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

6.1. Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor, no prazo mínimo de três dias úteis antes da data de realização do pregão;

6.2. Como requisito para a participação no pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

6.3. A partir do horário previsto no edital, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preço recebidas e em perfeita consonância com as especificações e condições de fornecimento detalhadas;

6.4. Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor;

6.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos;

6.6. Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema;

6.7. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

6.8. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;

6.9. A etapa de lances da sessão pública, prevista em edital, será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico aos licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances;

6.10. No caso do item anterior, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação;

6.11. O pregoeiro anunciará o licitante vencedor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor;

6.12. Como requisito para a celebração do contrato, o vencedor deverá apresentar o documento original ou cópia autenticada, em até 02 (dois) dias úteis após encerramento da sessão;

6.13. Os procedimentos para interposição de recurso, compreendida a manifestação prévia do licitante, durante a sessão pública, o encaminhamento de memorial e de eventuais contrarrazões pelos demais licitantes, serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

6.14. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de Ata divulgada no sistema eletrônico.

6.15. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências editalícias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

6.15.1. Na situação a que se refere este subitem, o pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.16. A adjudicação do objeto da licitação será realizada quando houver ocorrido o atendimento das exigências fixadas no edital.

6.17. A proposta atualizada, devidamente assinada, e a documentação relativa à exigência habilitatória deverão ser encaminhadas/postadas ao Pregoeiro em prazo não superior a 02 (dois) dias úteis, contado a partir da finalização da sessão.

6.18. A proposta atualizada e a documentação ficarão à disposição de interessados na licitação, para que no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da publicação do resultado, promovam solicitação de providência que o caso requerer.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. As licitantes deverão **anexar e enviar no lote**, em campo próprio via sistema eletrônico, sob pena de inabilitação, os documentos de habilitação abaixo relacionados, observando-se que deverão ser encaminhados os originais ou cópias autenticadas no prazo de até 02 (dois) dias úteis do encerramento da sessão.

7.2. Os documentos de habilitação, para **empresas cadastradas**, que deverão ser apresentados na sessão pública são os seguintes:

a) Para as Cadastradas no Registro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso apresentar o Certificado de Inscrição – CI, emitido pela Secretaria de Estado de Administração, comprovando o registro no CGF/MT.

a.1) Se a empresa licitante não for cadastrada no CGF/MT serão exigidos os documentos de habilitação, constante do subitem 7.3.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

I – DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

- a) Declaração que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal (conforme **Anexo IV**);
- b) Declaração da própria empresa de que não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão (conforme modelo - **Anexo IV**);
- c) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, na forma do §2º, do Art. 32 da Lei nº 8.666/93. (conforme anexo **IV**);
- c.1) No caso de microempresa e empresa de pequeno porte que, nos termos da Lei Complementar Federal nº123/2006, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada, como ressalva, na supracitada declaração.
- d) Alvará de localização e funcionamento, emitido pelo Poder Executivo Municipal, exceto para microempresas e empresas de pequeno porte.
- e) **As microempresas e empresas de pequeno porte, cadastradas no CGFMT, deverão apresentar também, para ter direito aos benefícios constantes na lei complementa 123/2006 e decreto nº 635/2007:**
- e.1) quando optante pelo SIMPLES nacional:
- e.1.1) Comprovante de opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal;
- e.1.2) Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do §4º, art. 3º, da Lei Complementar Federal nº. 123/06, conforme Anexo V deste Edital.
- e.2) quando não optante pelo SIMPLES nacional:
- e.2.1) Declaração de imposto de renda ou balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício – DRE, comprovado ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos I e II do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06;
- e.2.2) Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º da Lei Complementar nº. 123/06, conforme Anexo V do Edital.”;

II – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) desempenhos anteriores ou atuais de forma satisfatória, compatíveis em característica, quantidade e prazos com o objeto desta licitação.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

a.1) No caso de atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito privado, o mesmo deverá conter firma reconhecida em cartório.

a.2) O Atestado deverá ser em papel timbrado contendo a identificação do signatário responsável com firma reconhecida (quando emitido por pessoa jurídica de direito privado), bem como meios de contato (telefone, email, etc.) que possibilitem o Pregoeiro realizar diligências para esclarecimento de dúvidas relativas às informações prestadas.

7.3. As licitantes **não cadastradas** deverão apresentar na sessão pública os seguintes documentos de habilitação, em plena validade:

I – Habilitação jurídica

a) Registro Comercial, no caso de empresa individual e cédula de identidade para todos os casos;

b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado em se tratando de Sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhada da documentação de eleição dos seus administradores;

b.1) Os documentos supra citados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

c) Ato Constitutivo, no caso de Sociedades Civis Lucrativas, acompanhado de prova da diretoria em exercício, devidamente registrado no órgão competente;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

II – Regularidade Fiscal e Trabalhista

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ;

b) Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, emitida pela Secretaria de Receita Federal em conjunto com a Procuradoria da Fazenda Nacional;

c) Prova de regularidade, para com a Fazenda Estadual, expedida pela Secretaria de Fazenda Estadual da sede ou domicílio da licitante;

d) Prova de regularidade, para com a Dívida Ativa do Estado, expedida pela Procuradoria Geral do Estado da sede ou domicílio da licitante;

d.1) Serão aceitas as certidões conjuntas de regularidade estadual – Fazenda Estadual e Dívida Ativa – emitidas pelos órgãos competentes nos Estados onde a licitante tenha sede ou domicílio;

e) Prova de regularidade fiscal junto a Fazenda Municipal, expedidos pela Fazenda Municipal, da localidade ou sede da licitante;

f) Prova de regularidade relativa a Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais e trabalhistas instituídos por lei;

g) Prova de inscrição na Secretaria de Fazenda do Município.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

h) Prova de inexistência de débitos trabalhistas, expedida pela Justiça de Trabalho. O site para emissão da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas é: www.tst.jus.br.

III – Qualificação Econômica - Financeira

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou de outro indicador que o venha substituir;

b) Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

1. As demonstrações contábeis a serem apresentadas são as Demonstrações de Resultado de Exercício e a Demonstração de Lucros e Prejuízos;

2. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):

2.1. publicados em Diário Oficial;

2.2. publicados em jornal de grande circulação; ou

2.3. por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

3. Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

3.1. Acompanhados por fotocópia dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou,

3.2. Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

4. Sociedade criada no exercício em curso:

4.1. Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio dos licitantes;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

5. O balanço patrimonial, as demonstrações e o balanço de abertura deverão estar assinados pelos administradores das empresas constante do ato constitutivo, estatuto ou Contrato Social e por Contador legalmente habilitado.

a) Certidão negativa de Falência e Recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

IV – Qualificação Técnica

a) Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) desempenhos anteriores ou atuais de forma satisfatória, compatíveis em característica, quantidade e prazos com o objeto desta licitação.

a.1) No caso de atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito privado, o mesmo deverá conter firma reconhecida em cartório.

a.2) O Atestado deverá ser em papel timbrado contendo a identificação do signatário responsável com firma reconhecida (quando emitido por pessoa jurídica de direito privado), bem como meios de contato (telefone, email, etc.) que possibilitem o Pregoeiro realizar diligências para esclarecimento de dúvidas relativas às informações prestadas.

V – Documentação Complementar

a) Declaração que não possui em seu quadro de pessoal, empregado (s) com menos de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal (conforme modelo - Anexo IV).

b) Declaração da própria empresa de que não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão (conforme modelo - Anexo IV);

c) Declaração de inexistência do fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do art. 32, § 1º da Lei nº 8.666/93. (conforme modelo – Anexo IV);

d) Alvará de localização e funcionamento, emitido pelo Poder Executivo Municipal.

7.4. A empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país deverá apresentar, também, o decreto de autorização ou o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

7.5. As microempresas e empresas de pequeno porte, não cadastradas no CGFMT, deverão apresentar os seguintes documentos para habilitação:



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

7.5.1. Na habilitação jurídica:

- a) Ato constitutivo da empresa, devidamente registrado;
- a) Cédula de identidade e CPF do responsável pela empresa.

7.5.2. Na habilitação técnica:

7.5.2.1. Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) desempenhos anteriores ou atuais de forma satisfatória, compatíveis em característica, quantidade e prazos com o objeto desta licitação.

7.5.2.1.1. No caso de atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito privado, o mesmo deverá conter firma reconhecida em cartório.

7.5.2.1.2. O Atestado deverá ser em papel timbrado contendo a identificação do signatário responsável com firma reconhecida (quando emitido por pessoa jurídica de direito privado), bem como meios de contato (telefone, email, etc.) que possibilitem o Pregoeiro realizar diligências para esclarecimento de dúvidas relativas às informações prestadas.

7.5.3. Na habilitação econômico-financeira:

- a) Certidão negativa de falência e/ou recuperação judicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- b) Declaração anual de rendimentos/imposto de renda.

7.5.4. Na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista:

- a) Inscrição no CNPJ, com a distinção de ME ou EPP, para fins de qualificação;
- b) Comprovação da regularidade com a seguridade social, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e para com Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, conforme o objeto licitado.
- c) Prova de inexistência de débitos trabalhistas, expedida pela Justiça de Trabalho. O site para emissão da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas é: www.tst.jus.br.

7.5.5. Na documentação complementar:

- a) Declaração que não possui em seu quadro de pessoal, empregado (s) com menos de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal (conforme modelo - **Anexo IV**).

b) Declaração da própria empresa de que não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão (conforme modelo - **Anexo IV**);

c) Declaração de inexistência do fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do art. 32, § 1º da Lei nº 8.666/93. (conforme modelo – **Anexo IV**);

c.1) No caso de microempresa e empresa de pequeno porte que, nos termos da Lei Complementar Federal nº123/2006, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada, como ressalva, na supracitada declaração.

d) quando optante pelo SIMPLES nacional:

d.1) Comprovante de opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal;

d.2) Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do §4º, art. 3º, da Lei Complementar Federal nº. 123/06, conforme Anexo V deste Edital.

e) quando não optante pelo SIMPLES nacional:

e.1) Declaração de imposto de renda ou balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício – DRE, comprovado ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos I e II do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06;

e.2) Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º da Lei Complementar nº. 123/06, conforme Anexo V do Edital.

7.6. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente, ou em publicação da imprensa oficial ou em cópias simples, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo Pregoeiro.

7.7. Não serão aceitos protocolos de entrega, solicitações de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

7.8. Poderá o Pregoeiro declarar qualquer fato formal, desde que não implique desobediência à legislação e for evidente a vantagem para a Administração, devendo também, se necessário, promover diligência para dirimir a dúvida, cabendo, inclusive, estabelecer um prazo máximo de 48 horas para a solução.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

7.9. Constatando através da diligência o não atendimento ao estabelecido, o Pregoeiro considerará o proponente inabilitado e prosseguirá a sessão, salvo as situações que ensejarem a aplicação da Lei Complementar 123/2006 e do Decreto Estadual nº 635/2007.

7.10. O pregoeiro poderá habilitar mais de 1 (um) licitante por lote, desde que devidamente classificado para a etapa de lances e sem preterição da ordem classificatória.

8. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

8.1. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente edital ou impugnação deverá ser encaminhado por escrito, mediante endereço eletrônico (licitacao1@sema.mt.gov.br), por fax (0xx65) 3613-7309, ou ainda protocolado na Secretaria de Estado do Meio Ambiente;

8.1.1. As petições devem ser redigidas de maneira claras, objetiva e devidamente instruídas (**assinatura, endereço, razão social, nº do processo, nº do pregão e telefone para contato**).

8.2. Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até **03 dias úteis** antes da data designada para a realização do Pregão.

8.3. Caberá ao Pregoeiro decidir até o dia anterior à data de abertura da sessão de licitação.

8.4. Acolhida a petição de impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, devendo-se cumprir o devido prazo legal.

8.5. A ocorrência de impugnação de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá assegurar o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e legislação vigente.

8.6. Quem impedir, perturbar ou fraudar, assegurado o contraditório e a ampla defesa, a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, incorrerá em pena de detenção, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa, nos termos do artigo 93 da Lei 8.666/93.

9. DOS RECURSOS

9.1. O licitante interessado em interpor recurso deverá manifestar-se, expondo os motivos em **campo próprio do Sistema Eletrônico, no Prazo de 15 (quinze) minutos**, contados da declaração de vencedor. Após a manifestação no sistema, será concedido o prazo de **03 (três)**



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar as contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.1.1. As petições deverão ser encaminhadas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social, nº do processo, nº do pregão e telefone para contato).

9.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.

9.3. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

9.4. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.5. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação para determinar a contratação.

9.6. Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sede da Coordenadoria de Aquisições e Contratos da Secretaria Adjunta de Gestão Sistemática.

9.7. Não serão aceitos recursos interpostos através de fac-símile e similares ou cuja petição tenha sido apresentada fora do prazo ou por pessoa inabilitada para representar a empresa recorrente.

10. DA HOMOLOGAÇÃO E OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA

10.1. A adjudicação do objeto ao licitante vencedor será feita pelo Pregoeiro, e ficará sujeita à homologação da autoridade competente.

10.2. Para fins de homologação, o proponente vencedor fica obrigado a apresentar nova planilha de preços ofertados na etapa de lances verbais, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da sessão pública do Pregão Eletrônico, com valores correspondentes à adjudicação, a qual substituirá a original, como parte integrante do contrato, sob pena de convocação do segundo colocado.

10.3 Como condição para pagamento, a empresa deverá, obrigatoriamente, apresentar Nota Fiscal com a documentação regular junto ao Cadastro Geral de Fornecedores Estadual, ou acompanhada dos seguintes documentos: Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS.

10.4. Se as certidões referidas no item anterior não comprovarem a situação regular do licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

condições de suas respectivas ofertas, observado que o Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, no qual o pregoeiro negociará diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor, não adjudicando em caso de imutabilidade de preço;

10.5. A ADJUDICATÁRIA se obriga, nos termos deste Edital, a:

10.5.1. Comparecer no prazo de 05 (cinco) dias para retirada da Nota de Empenho, ordem de fornecimento e Assinatura do Contrato, contados a partir do recebimento da convocação formal, conforme o caso.

10.5.2. Executar o fornecimento dentro dos padrões contratados e estabelecidos pela SEMA, de acordo com a especificação do Edital e proposta apresentada, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de condição estabelecida;

10.5.3. A empresa adjudicatária deverá entregar o objeto do presente certame licitatório no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

10.5.4. Todos os componentes do sistema (receptor GPS, coletor de dados, software de coleta) deverão ser do mesmo fornecedor.

10.5.5. Prestar garantia de no mínimo 12 (doze) meses para o objeto contratado. Caso haja necessidade de deslocamento do equipamento, as despesas deverão correr por conta da Contratada.

10.5.6. O proponente deverá fornecer capacitação sobre o manuseio e a operação dos equipamentos aos usuários, neste caso, aos servidores da SEMA/MT que executam as vistorias na Superintendência de Gestão Florestal.

10.5.7. Aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total da adjudicação.

10.5.8. Corrigir as irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste edital, conforme relatório apresentado pelo Setor Demandante.

10.5.9. Entregar o objeto da presente licitação, sendo que deverá ser fornecido o bem esperado conforme Especificação Técnica do Formulário Padrão de Proposta/ (Anexo I).

10.5.10. Zelar pela qualidade do produto entregue, conforme especificações contidas no Formulário Padrão (Anexo I).



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

10.5.11. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à contratante, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato.

10.5.12. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da contratante, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste Edital.

10.5.13. Comunicar imediatamente à contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

10.5.14. Se a licitante vencedora não cumprir o prazo estabelecido ou recusar-se a retirar a nota de empenho, sem justificativa formalmente aceita pelo (a) órgão, decairá do direito de fornecer o objeto da presente licitação adjudicado, sujeitando-se às penalidades dispostas neste Edital.

10.5.15. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a SEMA;

10.5.16. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela SEMA;

10.5.17. Indenizar terceiros e/ou o Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes.

10.5.18. Se a licitante vencedora, injustificadamente, recusar-se a retirar a Nota de Empenho, a sessão será retomada e, os demais licitantes serão chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sujeitando-se o desistente às penalidades dispostas no item 12 deste Edital.

10.5.19. Quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura do contrato, será convocado outro licitante, observado a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, no qual o pregoeiro negociará diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor, não adjudicando em caso de imutabilidade de preço;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

10.5.20. Se o licitante vencedor recusar-se a assinar o contrato, injustificadamente, será aplicada a regra estabelecida nas alíneas anteriores (**10.5.18 e 10.5.19**).

10.5.21. Fornecer garantia dos produtos entregues, conforme definido no Termo de Referência nº 01/2013/SGF, anexo a este edital.

10.5.22. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, na Lei nº. 10.520/2002 e Decreto Estadual nº. 7.217/2006 e Termo de Referência nº. 01/2013/SGF (anexo VII).

10.6. A SEMA se obriga, nos termos previstos neste edital a:

10.6.1. Receber o produto adjudicado, nos termos, prazos, qualidade e condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

10.6.2. O produto descrito neste certame será recebido:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação do Edital;

b) Definitivamente, após a verificação dos termos, prazos, qualidade, quantidade e condições do material estabelecidas no Edital e consequente aceitação;

10.6.3. A entrega do objeto deste certame deverá ocorrer na Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA-MT, Palácio Paiaguás, Rua C, CEP: 78.050/970, Cuiabá, MT, Centro Político Administrativo – CPA, na Coordenadoria de Vistoria e Monitoramento – CVM da Superintendência de Gestão Florestal, novo anexo da SEMA.

10.6.4. O fiscal do contrato designado pela Coordenadoria de Vistoria e Monitoramento - CVM registrará em relatório as deficiências verificadas na entrega do produto objeto da presente licitação, encaminhando cópias à adjudicatária para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.6.5. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

10.6.6. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

10.6.7. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de entrega do objeto do presente certame licitatório. Este fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

10.6.8. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

10.6.9. Rejeitar, no todo ou em parte, o bem entregue em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor;

10.6.10. Nomear fiscal do contrato mediante portaria publicada no Diário Oficial, designado para fiscalização;

10.6.11. Fiscalizar o cumprimento às obrigações da contratada;

10.6.12. Critérios para Controle do produto:

- A gestão e fiscalização do fornecimento de bens serão exercidas através de servidor (es) especialmente designado(s) na forma prevista na Lei 8.666/93 e suas alterações, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução e que de tudo dará ciência a contratada (Lei 8.666/93).

- Ao Gestor do Contrato compete analisar as regras de negócios, as quantidades e valores a serem contratados de acordo com as disponibilidades orçamentário-financeiras e as necessidades do órgão/entidade.

10.6.13. Ao Fiscal do Contrato, designado oficialmente pela Sema cabe, no mínimo:

- Acompanhar a execução, bem como o controle do fornecimento.
- Prestar informações e esclarecimentos ao preposto da contratada, sempre que for preciso.
- Notificar a contratada sobre situações irregulares.
- Fiscalizar o fornecimento dos bens, condizentes com a legislação pertinente.

10.6.14. Efetuar pagamento após o atesto na Nota Fiscal, comprovando que o objeto foi efetivamente entregue e é o mesmo do objeto deste Edital, o qual deverá obedecer aos termos do Decreto nº 4.752, de 06 de agosto de 2002, c/c o Decreto nº 4.747, de 22 de junho de 1994, bem como na conformidade Decreto Estadual nº 8.199/2006, após a entrega dos bens e recebimento da Fatura/Nota Fiscal e devidamente atestado por



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

responsável do ÓRGÃO, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, em conformidade com a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2007-SAGP/SEFAZ, publicada no Diário Oficial do Estado em 25.05.2007.

10.6.15. O produto será recusado e devolvido nas seguintes hipóteses:

- a) Apresentar vícios de qualidade ou impropriedade.
- b) Nota fiscal com especificação e quantidade em desacordo com o contrato.
- c) Entregue em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste Edital.

10.7. Aplica-se ainda ao Adjudicatário, por ocasião do fornecimento do bem as disposições contidas na Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;

10.8. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital.

11. DA EXECUÇÃO E DO PAGAMENTO

11.1. A empresa adjudicatária deverá entregar o objeto do presente certame licitatório no prazo de 10 (dez) dias a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

11.2. Será pago apenas o produto efetivamente entregue, comprovado por meio de atesto da Coordenadoria de Vistoria e Monitoramento - CVM em conjunto com a Gerência de Patrimônio e a Coordenadoria de Tecnologia e Informação - CTI ao qual ocorrerá o pagamento por meio de Nota de Ordem Bancária, em nome do fornecedor, na data fixada de acordo com a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2007-SAGP/SEFAZ, publicada no Diário Oficial do Estado em 25.05.2007.

11.3. A licitante vencedora indicará no corpo da Nota Fiscal o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária:

11.3.1. Caso constatado alguma irregularidade na nota fiscal/fatura, esta deverá ser devolvida ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

11.3.2. Nenhum pagamento deverá ser efetuado à empresa contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

11.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da licitante vencedora.

11.5. A Nota Fiscal deverá estar em nome do ESTADO DE MATO GROSSO, com o CNPJ nº. 03.507.415/0023-50 – Inscrição Estadual: Isento, Rua C – Esquina com a Rua F – Centro Político Administrativo – Palácio Paiguás – CEP: 78.050-970.

11.6. Junto com as Notas Fiscais a licitante vencedora deverá **obrigatoriamente apresentar** Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS, sem as quais fica impossibilitada a efetivação da liquidação do pagamento.

11.7. O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade e garantia.

11.8. A partir de 1º de dezembro de 2010, as operações de vendas destinadas à Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS42/2009, recepcionado pelo Artigo 198-A-5-2 do RICMS. Informações através do site www.sefaz.mt.gov.br/nfe.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 c/c Artigo 138 do Decreto 7.217/2006 e Artigos 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93).

12.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital sujeita a contratada a multas, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

12.1.1. Quanto à obrigação da retirada da Nota de Empenho no prazo estabelecido:

a) atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2 % (dois por cento);

b) a partir do 6º (sexto) até o limite do 10º (décimo) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.

12.1.2. Quanto às obrigações de solução de quaisquer problemas com os itens adquiridos, e, quanto à aceitação de acréscimos e supressões no valor total da adjudicação:



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

a) atraso até 2 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento);

b) a partir do 3º (terceiro) até o limite do 5º (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia de atraso.

12.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a SEMA poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

12.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita às seguintes penalidades:

12.3.1. multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

12.3.2. suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a SEMA, por prazo de até 5 (cinco) anos, e,

12.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

12.4. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

12.5. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber deste Órgão do Estado de Mato Grosso, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda a SEMA proceder a cobrança judicial da multa.

12.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a SEMA.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

12.7. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

13. DA RESCISÃO.

13.1. A rescisão regula-se pelo disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.8.666/93, no que couber.

14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da aquisição, objeto desta Licitação, correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso, através da seguinte Dotação Orçamentária:

Programa: 323

Projeto\ Atividade: 4320

Região: 9900

Medida: 01

Tarefa: 06

Natureza da despesa: 4.4.90.52.10.

Fonte: 109

UG: 02.

14.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto desta Licitação, no exercício seguinte, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do mesmo.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. É facultada ao (à) Pregoeiro (a) ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de **diligência destinada a esclarecer ou complementar** a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

15.2. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

15.2.1. A anulação do procedimento induz à do contrato.

15.2.2. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

15.3. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta e ao ÓRGÃO não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.4. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

15.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será redesignada para o dia, hora e local definidos e novamente publicada na Imprensa Oficial.

15.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis as aferições das suas qualificações e as exatas compreensões da sua proposta, durante a realização da sessão pública de PREGÃO.

15.7. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

15.8. A homologação do resultado desta licitação não gera direito à contratação, mas mera expectativa de direito.

15.9. Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei 10.520/2002, da Lei 8.666/93 e do Decreto no 7.217/2006.

15.10. Havendo alterações no instrumento convocatório, as mesmas serão aplicadas também às minutas de contrato.

15.11. São partes integrantes deste Edital:

- a) Anexo I – Formulário Padrão de Proposta.
- b) Anexo II – Carta de Credenciamento.
- c) Anexo III – Modelo de Declaração dando ciência que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.
- d) Anexo IV - Modelo da Declaração de:



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

- Inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art.32, § 2º, da Lei nº 8.666/93.
 - Que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, de perigo ou insalubre, nem menor de dezesseis anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos dos incisos XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em conformidade com a Lei Federal nº 9.854/02.
 - Que não possui em seu quadro servidor público do Poder Executivo Estadual exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei 8.666/93 e inciso X, da Lei Complementar nº 04/90).
- e) Anexo V – Declaração de Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte –EPP.
f) Anexo VI – Declaração Negativa de Inidoneidade para licitar com o poder público.
g) Anexo VII – Termo de Referência nº. 01/2013/SGF.
h) ANEXO VIII – Minuta de contrato

Cuiabá, 03 de julho de 2014.

Emmanuelle Silva Santos
Pregoeira Oficial
SEMA/MT

Benedito Nery Guarim Strobel
Secretario Adjunto de Gestão Sistêmica
SEMA/MT



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ANEXO I

FORMULÁRIO PADRÃO DE PROPOSTA/

Pregão n.º _____ DIA ____/____/____ ÀS ____:____ HORAS.

Razão Social: _____ CNPJ n.º: _____

Endereço: _____

Fone: _____ Fax: _____ E-mail: _____

Agência: _____ Conta Corrente: _____ Banco: _____

LOTE ÚNICO

Preenchimento para todos licitantes						Preenchimento para licitantes que se enquadrem no Convênio ICMS 73/2004				
ITEM (01)	ESPECIFICAÇÃO OBJETO (02)	MARCA/ MODELO (03)	QUANT (04)	VALOR UNIT. (COM TODOS OS TRIBUTOS) (05)	VALOR TOTAL (COM TODOS OS TRIBUTOS) (06)	ALÍQUOTA DO ICMS (%) (07)	VALOR UNIT. (SEM ICMS) (08)	DESCONTO UNIT. (09)	VALOR TOTAL. (SEM ICMS) (10)	DESCONTO TOTAL (11)
01	ITEM 1. ? RECEPTOR GPS, (APROVADO PELA DGTI ? SEPLAN, AGOSTO/2013), CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: 1.RECEPTOR GPS, ANTENA, COLETOR DE DADOS E MODEM INTEGRADOS NUM ÚNICO EQUIPAMENTO. 2.O RECEPTOR DEVERÁ TRABALHAR COM BATERIA RECARREGÁVEL INTERNA COM AUTONOMIA MÍNIMA DE 10 HORAS E POSSUIR CONEXÃO PARA ANTENA EXTERNA. NÃO SERÃO ACEITOS RECEPTORES QUE UTILIZEM PILHAS COMUNS		6							

Endereço: Rua “C” esq. com a Rua “F”, s/nº - Palácio Paiaguás – Centro Político e Administrativo. 29

Cuiabá – MT – CEP: 78050-970 – Fones (Fax): 3613-7308/3613-7309



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

OU OUTRA FONTE DE ALIMENTAÇÃO QUE NÃO SEJA INTERNA AO RECEPTOR. O EQUIPAMENTO DEVERÁ PERMITIR QUE A BATERIA SEJA CARREGADA INTERNAMENTE, SEM A NECESSIDADE DO USO DE CARREGADORES EXTERNOS; 3.PESAR NO MÁXIMO 0,380 KG, INCLUINDO BATERIA. 4.POSSUIR NO MÍNIMO 12 CANAIS PARALELOS COM CAPACIDADE DE RASTREAR E ARMAZENAR DADOS DO CÓDIGO C/A NA PORTADORA L1 DE NO MÍNIMO 12 (DOZE) SATÉLITES. 5.ARMAZENAMENTO DE DADOS QUE POSSIBILITEM ATINGIR PRECISÃO DE 1 A 5 METROS RMS NO PÓS-PROCESSAMENTO DE DADOS CAPTURADOS INSTANTANEAMENTE NO CAMPO, BASEADO SOMENTE NO CÓDIGO C/A. 6.POSSUIR MODEM INTEGRADO 3 G. 7.POSSUIR RECURSO DE VOZ PERMITINDO UTILIZAR O RECEPTOR COMO APARELHO CELULAR. 8.O RECEPTOR DEVERÁ POSSUIR BLUETOOTH INTEGRADO, PERMITINDO CONEXÃO BLUETOOTH E WI-FI 802.11B INTEGRADOS COM DISITIVOS DIVERSOS (COMPUTADOR, TELEFONE CELULAR E OUTROS). 9.O RECEPTOR DEVERÁ POSSUIR PROCESSADOR COM NO MÍNIMO 800 MHZ 10.POSSUIR PADRÃO DE PROTEÇÃO INTERNACIONAL MÍNIMO IP54. 11.SER RESISTENTE A QUEDA DE NO0 MÍNIMO 1,2 METROS NO CONCRETO. 12.DEVERÁ POSSUIR CÂMERA DIGITAL INTEGRADA COM RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 3.7 MEGAPIXEL COM FLASH, FOCO AUTOMÁTICO E CAPACIDADE DE ARMAZENAR IMAGENS (MÍNIMO: FORMATO JPEG E TIFF) E VÍDEOS (MÍNIMO: FORMATO WMV E AVI). 13.POSSUIR MICROSOFT OFFICE MOBILE. 14.O DISPLAY DO RECEPTOR GPS DEVERÁ SER SENSÍVEL AO TOQUE (TOUCH SCREEN), FACILITANDO ASSIM A OPERAÇÃO EM CAMPO, COLORIDO, TORNANDO A									
---	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Endereço: Rua “C” esq. com a Rua “F”, s/nº - Palácio Paiaguás – Centro Político e Administrativo. 30

Cuiabá – MT – CEP: 78050-970 – Fones (Fax): 3613-7308/3613-7309



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

<p>VISUALIZAÇÃO MAIS NÍTIDA MESMO QUANDO EM AMBIENTES EXTERNOS (SOB A LUZ DO SOL) E POSSUIR ILUMINAÇÃO DE FUNDO PARA TRABALHOS NOTURNOS. 15. SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS MOBILE VERSÃO 6.5 OU SUPERIOR NO IDIOMA PORTUGUÊS (BRASILEIRO). 16. O COLETOR DEVERÁ POSSUIR ELEMENTOS GRÁFICOS QUE AUXILIEM NA NAVEGAÇÃO PARA WAYPOINTS, COMO DIREÇÃO A SEGUIR, DISTÂNCIA ATÉ O PONTO DE DESTINO, E QUE APRESENTE TODAS AS FEIÇÕES QUE ESTÃO SENDO LEVANTADAS, POSSIBILITANDO AO USUÁRIO A SELEÇÃO DAS INFORMAÇÕES A SEREM MOSTRADAS NA TELA. 17. DEVERÁ POSSUIR DISPLAY COLORIDO DE NO MÍNIMO 8 CM QVGA COM 240 X 320 PIXELS E EXCELENTE VISUALIZAÇÃO MESMO SOB A LUZ DO SOL E ILUMINAÇÃO DE FUNDO PARA TRABALHOS NOTURNOS. DEVERÁ SER CAPAZ DE SELECIONAR QUALQUER PONTO DA ÁREA DE TRABALHO MOSTRADA NO DISPLAY COMO WAYPOINT. 18. DEVERÁ POSSUIR MEMÓRIA RAM PARA PROGRAMAS DE NO MÍNIMO 256 MB E MEMÓRIA DE ARMAZENAMENTO DE DADOS DE 2 GB, PERMITINDO TAMBÉM EXPANSÃO VIA CARTÃO SDHC OU SIMILAR. 19. O RECEPTOR DEVERÁ SER ENTREGUE COM MATERIAL DIDÁTICO NO IDIOMA PORTUGUÊS, ATENDENDO AO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. 20. DEVERÃO ESTAR INCLUSOS OS SEGUINTE ACESSÓRIOS (PARA CADA EQUIPAMENTO): 1 (UM) CARREGADOR PARA A BATERIA INTERNA (100-240 VAC); 1 (UM) CABO PARA CONEXÃO COM O PC (USB); 1 (UMA) ALÇA PARA USO EM CAMPO, 1 (UMA) CANETA PARA USO NO DISPLAY TOUCH SCREEN COM ALÇA. 1 (UM) CARREGADOR DE BATERIA PARA VEÍCULO 1 (UM) CASE;</p>									
---	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Endereço: Rua “C” esq. com a Rua “F”, s/nº - Palácio Paiaguás – Centro Político e Administrativo. 31

Cuiabá – MT – CEP: 78050-970 – Fones (Fax): 3613-7308/3613-7309



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

21. LICENÇA DE SOFTWARE DE COLETA DE DADOS, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: ?O SOFTWARE DE COLETA DE DADOS E CONFIGURAÇÃO DO RECEPTOR DEVERÁ SER APRESENTADO TOTALMENTE NO IDIOMA PORTUGUÊS, INCLUSIVE SEUS MANUAIS, DESENVOLVIDO PARA AMBIENTE WINDOWS MOBILE E COMPATÍVEL COM O SISTEMA OPERACIONAL DO RECEPTOR GPS COTADO. ?CARREGAR COMO ARQUIVO DE FUNDO TANTO ARQUIVOS VETORIAIS (DXF, SHAPE FILE, WMS E OUTROS PADRÕES OGC) COMO IMAGENS RASTER (FOTOGRAFIAS AÉREAS E IMAGENS DE SATÉLITE) NOS FORMATOS MRSID, JPG , TIFF E ECW E OUTROS PADRÕES OGC, PARA AUXILIAR NO TRABALHO DE CAMPO (NAVEGAÇÃO, LEVANTAMENTO, IDENTIFICAÇÃO DE FEIÇÕES, ETC) ?CAPACIDADE DE ARMAZENAR MÚLTIPLOS DICIONÁRIOS DE DADOS CARREGADOS A PARTIR DO SOFTWARE DE MAPEAMENTO OU CRIADOS DIRETAMENTE NO RECEPTOR, PODENDO UTILIZAR O MESMO DICIONÁRIO EM DIFERENTES TRABALHOS (NOVOS ARQUIVOS DE TRABALHO) NO MESMO DIA E EM LOCAIS DIFERENTES, PARA PERMITIR UMA RÁPIDA COLETA DE DADOS (INFORMAÇÕES) DE FEIÇÕES TIPO PONTO, LINHA E ÁREA COM AS RESPECTIVAS INFORMAÇÕES DE ATRIBUTOS. ?DISPOR DO RECURSO DE MEDIR E ARMAZENAR FEIÇÕES TIPO PONTO ENQUANTO MEDINDO UMA FEIÇÃO TIPO LINHA/ÁREA SEM A NECESSIDADE DE ENCERRAR E REINICIAR A FEIÇÃO A MESMA, E DE LEVANTAR DUAS LINHAS OU ÁREAS SIMULTANEAMENTE. ?O SOFTWARE DE COLETA DE DADOS DEVE POSSIBILITAR A ATUALIZAÇÃO DE BASES CARTOGRÁFICAS, ENGLOBANDO OS SEGUINTE ITENS: A)IDENTIFICADOR								
---	--	--	--	--	--	--	--	--

Endereço: Rua “C” esq. com a Rua “F”, s/nº - Palácio Paiaguás – Centro Político e Administrativo. 32

Cuiabá – MT – CEP: 78050-970 – Fones (Fax): 3613-7308/3613-7309



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

DE FEIÇÃO / CARACTERÍSTICA; B)FERRAMENTAS PARA MEDIR DISTÂNCIAS E ÁREAS BASTANDO CLICAR SOBRE A TELA; C)CARREGAR UMA BASE DE DADOS EXISTENTE, VISUALIZAÇÃO INTERATIVA DO MAPA, COORDENADAS E DOS ATRIBUTOS DAS FEIÇÕES / CARACTERÍSTICAS; D)PERMITIR INSERÇÃO DOS ATRIBUTOS DAS FEIÇÕES TIPO PONTO, LINHA E ÁREA ENQUANTO É REALIZADA A CAPTURA DA MESMA PELO RECEPTOR GPS; E)EDITAR INFORMAÇÕES DE ATRIBUTOS JÁ COLETADOS; F)FORNECER INFORMAÇÕES DE NAVEGAÇÃO A PARTIR DA POSIÇÃO GPS ATUAL PARA UM DESTINO CONHECIDO; G)PERMITIR QUE SEJA INSERIDA COORDENADA DIRETAMENTE NO RECEPTOR PARA REALIZAR NAVEGAÇÃO; H)POSSIBILITAR PLANEJAMENTO DE MISSÃO EM CAMPO; E I)MOSTRAR A CONSTELAÇÃO DE SATÉLITE SENDO RASTREADA NO MOMENTO DO RASTREIO. J)APRESENTAR OS DADOS A SEREM ATUALIZADOS EM CAMPO K)POSSUIR FILTRO QUE MOSTRE APENAS AS FEIÇÕES A SEREM ATUALIZADAS ?POSSIBILIDADE DE COLETAR ATRIBUTOS TIPO MENU, ALFANUMÉRICO, NUMÉRICO, DATA E HORA. ?POSSIBILIDADE DE INCLUIR UM CROQUI COM POSIÇÕES NÃO ASSOCIADAS AO GPS DIRETAMENTE NA TELA DO RECEPTOR. ?POSSIBILIDADE DE INTRODUIR OFFSET (DESLOCAMENTO) PARA AS FEIÇÕES TIPO PONTO, LINHA E ÁREA, E QUE O OFFSET PARA PONTO SEJA DEFINIDO POR DISTÂNCIA E AZIMUTE OU MÚLTIPLAS DISTÂNCIAS E MÚLTIPLOS AZIMUTES. ?PERMITIR A DEFINIÇÃO DE CONDIÇÃO PARA ATRIBUTOS MEDIANTE A ESCOLHA DE UM ATRIBUTO ANTERIOR. GARANTIA: DE 12 (DOZE)									
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

	MESES.									
02	LICENÇA DE SOFTWARE DE PÓS PROCESSAMENTO DE DADOS GPS, (APROVADO PELA DGTI ? SEPLAN, AGOSTO/2013), CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: O SOFTWARE DE MAPEAMENTO DEVERÁ SER APRESENTADO TOTALMENTE NO IDIOMA PORTUGUÊS, INCLUINDO MANUAL DO USUÁRIO. DEVERÁ TAMBÉM SER DESENVOLVIDO PARA AMBIENTE WINDOWS PARA RODAR SOB WINDOWS XP OU SUPERIOR. O SOFTWARE DEVERÁ TER UM MÓDULO QUE PERMITA DEFINIR UM ARQUIVO DE CONFIGURAÇÃO PARA O RECEPTOR MÓVEL, QUE CONTENHA INFORMAÇÕES COMO TAXA DE GRAVAÇÃO, PDOP MÁXIMO, SNR MÍNIMO, ETC, OFERECENDO A POSSIBILIDADE DE PROTEÇÃO POR SENHA PARA TODOS OS CAMPOS. DEVERÁ DISPONIBILIZAR OS SEGUINTESSISTEMAS DE COORDENADAS: - GEOGRÁFICA (LAT/LON/ALT), UTM (N, E, H) E PERMITIR A DEFINIÇÃO DE OUTROS SISTEMAS DE COORDENADAS DEFINIDOS PELO USUÁRIO. DEVERÁ DISPONIBILIZAR OS SEGUINTESS "DATUM": - WGS-84, SAD-69 (IBGE), CÓRREGO ALEGRE (IBGE), SIRGAS2000 E PERMITIR A DEFINIÇÃO DE OUTROS ?DATUM? DEFINIDOS PELO USUÁRIO. A APRESENTAÇÃO GRÁFICA DO SISTEMA DEVERÁ INCLUIR AS SEGUINTESS CARACTERÍSTICAS: - APRESENTAÇÃO GRÁFICA SIMULTÂNEA DE VÁRIOS ARQUIVOS DE DADOS; - POSSIBILIDADE DE UTILIZAR MAPAS, ORTOFOTOS E IMAGENS RASTER E VETORIZADAS COMO FUNDO; - PERMITIR AO USUÁRIO ESCOLHER COR E SÍMBOLO PARA PONTOS, COR E ESTILO PARA LINHAS E COR E PARA ÁREAS; - FILTRAGEM INTERATIVA DE POSIÇÕES POR	1								



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

FEIÇÕES E ATRIBUTOS; - APRESENTAR GRAFICAMENTE OS DADOS MAPEADOS EM ORDEM CRONOLÓGICA. A EXPORTAÇÃO DE ARQUIVOS ASCII DEVERÁ PERMITIR AO USUÁRIO: - ESCOLHER OS DADOS PARA EXPORTAR (LATITUDE, LONGITUDE, ALTITUDE, N, E, ATRIBUTOS,ETC); - ESCOLHER A DISPOSIÇÃO DOS CAMPOS DENTRO DO REGISTRO (DISPOSIÇÃO DAS COLUNAS); - DEFINIR O CARACTER DELIMITADOR; - DEFINIR O FORMATO DOS CAMPOS (NÚMERO DE CASAS DECIMAIS, ALINHAMENTO DIREITO OU ESQUERDO, TAMANHO). DEVERÁ PERMITIR A GERAÇÃO DE CAMADAS POR TIPO DE FEIÇÃO, DURANTE A PROGRAMAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DE DADOS; O SOFTWARE DE MAPEAMENTO DEVERÁ EXPORTAR DADOS NOS SEGUINTE FORMATOS PADRÕES DE GIS (MÍNIMO): - AUTOCAD DXF (COM BLOCOS), SHAPEFILE, DBASE, MAPINFO MIF, MICROSTATION DGN E GOOGLE EARTH KML / KMZ E OUTROS FORMATOS OGC. DEVERÁ POSSIBILITAR TAMBÉM A IMPORTAÇÃO DE DADOS EXISTENTES NOS SEGUINTE FORMATOS, INCLUINDO SEUS ATRIBUTOS PARA ATUALIZAÇÃO DE BASES CARTOGRÁFICAS: - SHAPEFILE, AUTOCAD (DXF), DBASE, MAPINFO MIF E ACCESS MDB E OUTROS FORMATOS DE ACORDO COM OS FORMATOS E PADRÕES OGC. CAPACIDADE DE REALIZAR TODAS AS TAREFAS AUTOMATICAMENTE, DESDE A TRANSFERÊNCIA ATÉ A EXPORTAÇÃO DE DADOS, COM UMA ÚNICA CONFIGURAÇÃO REALIZADA PELO USUÁRIO. APRESENTAÇÃO DAS SEGUINTE INFORMAÇÕES APÓS O PROCESSAMENTO: PDOP MÁXIMO, DESVIO PADRÃO, PRECISÕES HORIZONTAL E VERTICAL, COORDENADAS GEOGRÁFICAS DE UM PONTO NA TELA, SATÉLITES									
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Endereço: Rua “C” esq. com a Rua “F”, s/nº - Palácio Paiaguás – Centro Político e Administrativo. 35

Cuiabá – MT – CEP: 78050-970 – Fones (Fax): 3613-7308/3613-7309



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

	UTILIZADOS, QUANTIDADE DE POSIÇÕES LEVANTADAS POR FEIÇÃO / CARACTERÍSTICA; IDENTIFICADOR DE FEIÇÃO / CARACTERÍSTICA, E ATRIBUTOS; PERMITIR A PERSONALIZAÇÃO DA INTERFACE DO SOFTWARE DE COLETA COM UMA FERRAMENTA PRÓPRIA. GARANTIA: DE 12 (DOZE) MESES.									
	TOTAL R\$									

O licitante que for beneficiado pela Isenção do ICMS, conforme Regulamento do ICMS do Estado de Mato Grosso editado em conformidade com o Convênio ICMS nº 73/04, aprovado pelo CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária DEVERÁ considerar no preço proposto o desconto equivalente ao imposto dispensado, conforme modelo constante na PROPOSTA DE PREÇOS;

O Regulamento do ICMS do Estado de Mato Grosso encontra-se disponível no “site” da SEFAZ: www.sefaz.mt.gov.br - Portal da Legislação SEFAZ.

Em caso de dúvidas ou para fins de esclarecimentos relativos aos procedimentos necessários para obtenção dos créditos decorrentes do **Convênio ICMS nº 73/04** o licitante deverá entrar em contato no Plantão Fiscal da SEFAZ pelo telefone (65) 3617-2700.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

Validade da Proposta: _____

Local e Data: _____

(Nome e assinatura do representante legal e carimbo de CNPJ da empresa)



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ANEXO II

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

(Papel timbrado da empresa)

À
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE MATO GROSSO - SEMA
REF: EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO
Nº. ____/2014/SEMA/MT - TIPO MENOR PREÇO GLOBAL LOTE ÚNICO.

Indicamos o (a) Sr. (a) _____,
portador (a) da cédula de identidade nº. _____, órgão
expedidor _____, como nosso (a) representante legal na Licitação em
referência, podendo rubricar a documentação de **HABILITAÇÃO** e das **PROPOSTAS**, dar
lances, manifestar, prestar todos os esclarecimentos à nossa Proposta, interpor recursos,
desistir de prazos e recursos, enfim, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento do
presente Credenciamento.

Atenciosamente,

Local e data,

(nome e função na empresa)

***Reconhecer em Cartório**



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO

(Papel timbrado da empresa)

**MODELO DE DECLARAÇÃO DANDO CIÊNCIA QUE CUMPRE PLENAMENTE
OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

Declaramos em atendimento ao previsto no item 3.3. do Edital de Pregão Eletrônico nº ____/2014/SEMA, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação exigidos para participação no presente certame.

Local e data,

(Assinatura e identificação do responsável pela empresa)



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO

(Papel timbrado da empresa)

Ref.: Edital de PREGÃO ELETRÔNICO N°. ____/2014 – SEMA/MT

(Nome da Empresa)_____, CNPJ N° _____, sediada na Rua _____, n° ____, bairro,_____, CEP _____ Município, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Pregão ____/2014/SEMA, DECLARA, sob as penas da lei, que:

- Não possui existência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, salvo se declarado;
- Não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigosos ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, art. 27, da Lei 8.666/93, com redação determinada pela Lei nº 9.854/99;
- Não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Poder Executivo Estadual exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei 8.666/93 e inciso X, da Lei Complementar nº 04/90).

(Local e Data)

(Nome e assinatura do representante legal e carimbo de CNPJ da empresa)



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ANEXO V

MODELO DE REQUERIMENTO DE BENEFÍCIO DE ME E EPP.

REQUERIMENTO DO BENEFÍCIO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO E DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (Lei Complementar nº 123/2006)

Solicitamos na condição de MICROEMPRESA/EMPRESA DE PEQUENO PORTE, que na participação no PREGÃO Nº ____/2014/SEMA/MT, seja dado o tratamento diferenciado concedido nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

Declaramos que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

Como prova da referida condição, apresentamos o seguinte documento anexo (assinalar o documento que apresentou junto com o requerimento):

() Comprovante de opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal (www.receita.fazenda.gov.br);

() CERTIDÃO emitida pela Junta Comercial, na forma do art. 8º da Instrução Normativa nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;

() Declaração do último Imposto de Renda ou balanço patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

Local e Data

(Identificação e assinatura do Representante Legal)



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ANEXO VI

**MODELO DE DECLARAÇÃO NEGATIVA DE INIDONEIDADE E AUSÊNCIA
DE FATO IMPEDITIVO PARA LICITAR COM O PODER PÚBLICO.**

(Papel Timbrado da Empresa)

À
A/C

**Assunto: Declaração Negativa
de Inidoneidade e
Ausência de Fato
Impeditivo para
Licitar com o Poder
Público.**

Declaro, sob as penas da lei, para os devidos fins, que a empresa _____ não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, e que comunicarei qualquer fato impeditivo ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto a capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira, nos termos do parágrafo 2º do artigo 32 da Lei nº 8.666/93 alterado pela Lei nº 9.648/98.

(Data, Nome e assinatura do responsável legal pela empresa) por representante legal do proponente.

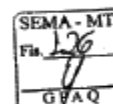


GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ANEXO VII



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA



1- TERMO DE REFERÊNCIA nº 01/2013/SGF

2- Unidade Orçamentária: 2.1- Programa: 323 2.2- Unidade Gestora: 02 2.3- Região: 9900 2.4- Medida: 1 2.5- Tarefa: 6	3- Classificação da Despesa: (X) Materiais Permanentes (X) Materiais de Consumo ou Expediente () Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica () Serviços de Terceiro Pessoa Física () Obras () Reformas () Outros	6- Unidade Fiscalizadora/ Fiscal do Contrato: Flavio Hoelscher da Silva - CVM Fiscal substituto: Gideon Danni Rosa – CRF.
4- Área: Coordenadoria/Superintendência: Coordenadoria de Vistoria e Monitoramento Superintendência de Gestão Florestal Secretaria Adjunta de Base Florestal	5- Unidade Solicitante/Recebedora: Coordenadoria de Vistoria e Monitoramento - CVM	

7- Projeto/Atividade, Elemento de Despesa e Sub-Elemento, Valor.

Projeto/Atividade	Fonte	Elemento e Sub- Elemento de Despesas	Valor (R\$)
4320	109	44.90.52.10	
Custo Total Estimado 2013			

8- Objeto Sintético:

Aquisição de 06 Receptores GPS diferencial e rastreador de sinais de GPS para processamento e pós processamento de informações e imagens e localização de pontos geodésicos- PALM TOP para atender a Superintendência de Gestão Florestal – SGF na Coordenadoria de Vistoria e Monitoramento – CVM.

9- Planilha Descritiva do Objeto

9.1 - Os campos abaixo serão preenchidos somente em caso de Prestação de Serviços:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	CODIGO SIAG	LOCAL PRESTAÇÃO SERVIÇO	QTD SERVIÇO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL MENSAL	QTDE MESES	CUSTO MÁXIMO TOTAL DO SERVIÇO	PROJETO DE ATIVIDADE
VALOR TOTAL									

9.2 - Os campos abaixo serão preenchidos somente em caso de materiais:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	CODIGO SIAG	LOCAL DE ENTREGA	QTDE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	PROJETO DE ATIVIDADE
01	PDA/GPS RECEPTOR	-	Coordenadoria de Vistoria e Monitoramento	06			4320
02	LICENÇA DE SOFTWARE	-	Coordenadoria de Vistoria e Monitoramento	01			4320
VALOR TOTAL							

Rua C esquina com a Rua F, s/n - Palácio Paiaguás - Centro Político Administrativo.
Gerência de Processos e Aquisições - (R6) 3613-7300 - Fax (R6) 3613-7300 - 0-11-1111

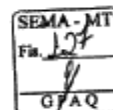
Endereço: Rua “C” esq. com a Rua “F”, s/nº - Palácio Paiaguás – Centro Político e Administrativo. 43
Cuiabá – MT – CEP: 78050-970 – Fones (Fax): 3613-7308/3613-7309



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA



10- Especificações técnicas do bem e/ou descrição detalhada serviço:

**ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DE PDA COM SISTEMA
DE MAPEAMENTO GPS PORTÁTIL DESEJÁVEL:**

01. Receptor GPS, antena, coletor de dados e modem integrados num único equipamento;
02. O receptor deverá trabalhar com bateria recarregável interna com autonomia mínima de 10 horas e possuir conexão para antena externa. Não serão aceitos receptores que utilizem pilhas comuns ou outra fonte de alimentação que não seja interna ao receptor. O equipamento deverá permitir que a bateria seja carregada internamente ao receptor e através de recarregador externo;
03. O equipamento deverá pesar em média 0,400 kg, incluindo bateria;
04. Possuir no mínimo 12 canais paralelos com capacidade de rastrear e armazenar dados do código C/A na portadora L1 de no mínimo 12 (doze) satélites;
05. Armazenamento de dados que possibilitem atingir precisão de 1 a 5 metros de dados absoluta ou pós processada;
06. O receptor deverá possuir Bluetooth integrado, permitindo conexão Bluetooth e Wi-Fi 802.11b integrados com dispositivos diversos (computador, telefone celular e outros);
07. O receptor deverá possuir processador com no mínimo 800 Mhz;
08. Possuir padrão de proteção internacional mínimo IP54;
09. Ser resistente à água e umidade;
10. Possuir recurso de voz permitindo utilizar o receptor como aparelho celular com recepção 3G;
11. Ser resistente a queda de no mínimo 1,2 metros;
12. Deverá possuir câmera digital integrada com resolução mínima de 3.2 megapixel com flash, foco automático e capacidade de armazenar imagens (mínimo: formato JPEG);
13. Deverá possuir display colorido de no mínimo 8 cm QVGA com 240 x 320 pixels e excelente visualização mesmo sob a luz do Sol e iluminação de fundo para trabalhos noturnos. Deverá ser capaz de selecionar qualquer ponto da área de trabalho mostrada no display como waypoint ;
14. O display do receptor GPS deverá ser sensível ao toque (touch screen), facilitando assim a operação em campo, colorido, tornando a visualização mais nítida mesmo quando em ambientes externos (sob a luz do Sol) e possuir iluminação de fundo para trabalhos noturnos;
15. Deverá possuir memória RAM para programas de no mínimo 256 MB e memória de armazenamento de dados de 16 GB, permitindo também expansão via cartão SDHC ou similar;
16. O coletor deverá possuir elementos gráficos que auxiliem na navegação para waypoints, como direção a seguir, distância até o ponto de destino, etc., e que apresente todas as feições que estão sendo levantadas, possibilitando ao usuário a seleção das informações a serem mostradas na tela;
17. Possuir Sistema operacional Windows Mobile Versão 6.5 ou superior no idioma Português (brasileiro) (verificar junto com a Coordenadoria de Tecnologia da Informação se não há sistema operacional compatível com Windows Mobile na versão especificada).
18. O receptor deverá ser entregue com material didático no idioma Português, atendendo ao Código de Defesa do Consumidor;

Cada unidade de receptor deverá ter inclusos os seguintes acessórios:

- a.1 (uma) fonte de alimentação para a bateria interna (100-240 VAC) a se adaptar diretamente ao equipamento;
- b.1 (um) recarregador de bateria externo de berço (100-240 VAC);
- c.1 (uma) fonte ou cabo de alimentação para recarregador externo de berço (100-240VAC);
- d.1 (uma) bateria interna recarregável sobressalente;
- e.1 (uma) fonte de alimentação veicular para a bateria interna (100-240 VAC) a se adaptar diretamente ao equipamento;
- f.1 (um) cabo para conexão com o PC (USB);
- g.1 (uma) alça para uso em campo a se acoplar diretamente ao equipamento;
- h.2 (duas) canetas para uso no display touch screen (2 unidades) em um total de 4 (quatro);
- i. 1 (um) protetor de tela de 3,5" (pacote com 2 unidades) compatível com o equipamento ofertado;

Rua C esquina com a Rua F, s/n - Palácio Paiaguás - Centro Político Administrativo.
Gerência de Processos e Aquisições - (R5) 3613-7300 - Fax: (R5) 3613-7300 - Cuiabá - MT

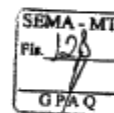
Endereço: Rua "C" esq. com a Rua "F", s/nº - Palácio Paiaguás – Centro Político e Administrativo. 44
Cuiabá – MT – CEP: 78050-970 – Fones (Fax): 3613-7308/3613-7309



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA



**LICENÇA DE SOFTWARE DE COLETA DE DADOS,
COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS:**

- 1.O software de coleta de dados e configuração do receptor deverá ser apresentado totalmente no idioma Português, inclusive seus manuais, desenvolvido para ambiente Windows Mobile;
- 2.Deverá carregar como arquivo de fundo tanto arquivos vetoriais (DXF, Shape File, no mínimo) como imagens raster (fotografias aéreas e imagens de satélite) nos formatos MrSID, JPG e ECW (mínimo), para auxiliar no trabalho de campo (navegação, levantamento, identificação de feições, etc);
- 3.Capacidade de armazenar múltiplos dicionários de dados carregados a partir do software de mapeamento ou criados diretamente no receptor, podendo utilizar o mesmo dicionário em diferentes trabalhos (novos arquivos de trabalho) no mesmo dia e em locais diferentes, para permitir uma rápida coleta de dados (informações) de feições tipo ponto, linha e área com as respectivas informações de atributos;
4. O software de coleta de dados deve possibilitar a atualização de bases cartográficas, englobando os seguintes itens:
 - a.Identificador de feição / característica;
 - b.Ferramentas para medir distâncias e áreas bastando clicar sobre a tela;
 - c.Carregar uma base de dados existente, visualização interativa do mapa, coordenadas e dos atributos das feições / características;
 - d.Permitir inserção dos atributos das feições tipo ponto, linha e área enquanto é realizada a captura da mesma pelo receptor GPS;
 - e.Editar informações de atributos já coletados;
 - f.Fornecer informações de navegação a partir da posição GPS atual para um destino conhecido;
 - g.Permitir que seja inserida coordenada diretamente no receptor para realizar navegação;
 - h.Mostrar a constelação de satélite sendo rastreada no momento do rastreamento;
 - i.Apresentar os dados a serem atualizados em campo;
 - j.Possuir filtro que mostre apenas as feições a serem atualizadas.
 - k.Possibilidade de coletar atributos tipo menu, alfanumérico, numérico, data e hora;

**LICENÇA DE SOFTWARE DE PDA/GPS PÓS
PROCESSAMENTO DE DADOS GPS**

1. O software de mapeamento deverá ser apresentado totalmente no idioma Português, incluindo manual do usuário. Deverá também ser desenvolvido para ambiente Windows para rodar sob Windows XP ou superior;
- 2.O software deverá ter um módulo que permita definir um arquivo de configuração para o receptor móvel, que contenha informações como taxa de gravação, PDOP máximo, SNR mínimo, etc, oferecendo a possibilidade de proteção por senha para todos os campos;
- 3.Deverá disponibilizar os seguintes sistemas de coordenadas: Geográfica (Lat/Lon/Alt), UTM (N, E, h) e permitir a definição de outros sistemas de coordenadas definidos pelo usuário;
- 4.Deverá disponibilizar os seguintes "data": WGS-84, SAD-69 (IBGE), Córrego Alegre (IBGE), SIRGAS e permitir a definição de outros "data" definidos pelo usuário;
- 5.A apresentação gráfica do sistema deverá incluir as seguintes características:
 - a) Apresentação gráfica simultânea de vários arquivos de dados;
 - b) Possibilidade de utilizar mapas, ortofotos e imagens raster e vetorizadas como fundo;
 - c) Permitir ao usuário escolher cor e símbolo para pontos, cor e estilo para linhas e cor e para áreas;
 - d) Filtragem interativa de posições por feições e atributos;
 - e) Apresentar graficamente os dados mapeados em ordem cronológica;
- 6.A exportação de arquivos ASCII deverá permitir ao usuário:
 - a.Escolher os dados para exportar (latitude, longitude, altitude, N, E, atributos,etc);
 - b.Escolher a disposição dos campos dentro do registro (disposição das colunas);
 - c.Definir o caracter delimitador;

Rua C esquina com a Rua F, s/n - Palácio Paiaguás - Centro Político Administrativo.
Gerência de Processos e Análises - (65) 3613-7300 Fax: (65) 3613-7300



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA



- d. Definir o formato dos campos (número de casas decimais, alinhamento direito ou esquerdo, tamanho);
7. Deverá permitir a geração de camadas por tipo de feição, durante a programação da exportação de dados;
8. O software de mapeamento deverá exportar dados nos seguintes formatos padrões de GIS (mínimo): AutoCAD DXF (com blocos), ShapeFile e dBase;
9. Deverá possibilitar também a importação de dados existentes nos seguintes formatos, incluindo seus atributos para atualização de bases cartográficas: Shapefile, Autocad (DXF), dBase, MapInfo MIF e Access MDB;
10. Capacidade de realizar todas as tarefas automaticamente, desde a transferência até a exportação de dados, com uma única configuração realizada pelo usuário;
11. Apresentação das seguintes informações após o processamento: PDOP máximo, Desvio Padrão, Precisão Horizontal e Vertical, Coordenadas Geográficas de um ponto na tela, Satélites utilizados, Quantidade de posições levantadas por feição / característica; Identificador de feição / característica, e Atributos.

DEMAIS PROPOSITURAS

1. Todos os componentes do sistema (receptor GPS, coletor de dados, software de coleta) deverão ser do mesmo fornecedor;

10.1- Do Cadastro da Especificação:
Cadastrado na SAD

() sim

(X) Não, porque (apresentar justificativa)

O produto já foi adquirido em versões anteriores por duas ocasiões e foram cadastrados sob n°s 1029015 e 1012540, porém trata-se de nova versão e deve ser cadastrado novamente.

11- Justificativa Técnica da aquisição:

Mato Grosso vem implementando, desde 1999, um sistema inovador de controle e monitoramento dos desmatamentos em propriedades rurais, o Sistema de Licenciamento de Propriedades Rurais – SLAPR/SIMLAM. A ele foram incorporadas tecnologias de sensoriamento remoto para o auxílio ao monitoramento de desmatamento, principalmente em Área de Proteção Permanente (APP). A fim de aprimorar e dar maior eficácia ao SLAPR, a Coordenadoria de Vistoria e Monitoramento – CVM desenvolveu metodologia de trabalho onde utiliza, para a confecção de pareceres técnicos dos Projetos de Licença Ambiental Única – LAU, Planos de Exploração Florestal – PEF, Planos de Manejo Florestal Sustentável – PMFS, Autorização de Queima Controlada – AQC, Planos de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD's e Reflorestamentos, equipamento que possibilite levar a campo todas as informações pertinentes às áreas a serem vistoriadas. A emissão dos pareceres deve ter o máximo de precisão no que tange às informações para subsidiar, em campo, todo o levantamento necessário a fim de esclarecer toda e qualquer dúvida a respeito de tais projetos, para tanto utiliza equipamento de precisão onde carregam os mencionados arquivos de fundo, tanto vetoriais (DXF, Shape File, WMS e outros padrões OGC) como imagens raster (fotografias aéreas e imagens de satélite) nos formatos MrSID, JPG, TIFF e ECW e outros padrões OGC, em datum WGS-84, SAD-69 (IBGE), Córrego Alegre (IBGE) e SIRGAS2000, utilizados na base temática da SEMA-MT (navegação, levantamento, identificação de feições, etc). Após a coleta de dados em campo, os mesmos são descarregados no escritório para a confecção dos pareceres.

É importante ressaltar que 100% do licenciamento manejos florestais sustentáveis passam por vistorias e levantamento de campo, dependendo do equipamento. Também necessitam de vistorias diversos processos de Licença Ambiental Única – LAU, Autorização de Queima Controlada – AQC, Planos de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD's e Reflorestamentos. A CVM então desenvolveu metodologia para as vistorias de campo, diminuindo fraudes e

Rua C esquina com a Rua F, s/n - Palácio Paiaguás - Centro Político Administrativo.
Gerência de Processos e Aquisições - (65) 3613-7350 - Fax: (65) 3613-7308 - Cuiabá, MT

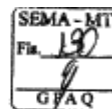
Endereço: Rua "C" esq. com a Rua "F", s/nº - Palácio Paiaguás – Centro Político e Administrativo. 46
Cuiabá – MT – CEP: 78050-970 – Fones (Fax): 3613-7308/3613-7309



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA



minimizando as inconsistências dos dados apresentados nos projetos protocolizados na SEMA. Desta forma o estado de Mato Grosso executa o monitoramento da supressão vegetal e dos ilícitos ambientais com segurança e precisão.

12- Resultados Esperados Diretos e Indiretos:

Os resultados já são de conhecimento do setor e refere-se a excelência e precisão dos dados coletados em campo nos processos acima descritos para a diminuição dos ilícitos ambientais, contribuindo significativamente para a diminuição dos desmatamentos clandestinos e queimadas ilegais. Os danos, caso tais equipamentos não sejam adquiridos, será o retrocesso em uma rotina implementada para diminuir os passivos ambientais e dar resposta à sociedade no que tange à preservação do meio ambiente. A precisão dos dados coletados em campo visa subsidiar o monitoramento das degradações ambientais bem como responder aos questionamentos nos processos de licenciamento de propriedades rurais e atividades agroflorestais. Através da precisão é possível uma fiscalização mais efetiva, diminuindo as ações judiciais incidentes sobre os processos e ainda possibilitando as autuações das referidas infrações.

13 – Público/ Clientela Alvo:

O uso dos equipamentos será feito pelos técnicos do órgão ambiental, porém entendemos ser o público alvo as comunidades em torno das unidades de conservação, comunidades ribeirinhas, produtores rurais, empresários, ONG, ou seja, toda a sociedade já que esta ação contribui para a melhoria da qualidade de vida e conservação do planeta.

14- Data Estimada para entrega do bem e/ou realização do serviço:

14.1- Tipo de Entrega

☒ Imediata ☐ Sob demanda ☐ Mensal

14.2- Período de atendimento (vigência): Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 10 dias úteis após o recebimento da ordem de fornecimento emitida pela Gerência de Aquisições GPA/CAC.

14.3- Previsão de desembolso financeiro:

Previsão mensal de despesas e desembolso financeiro		
Mês Execução da despesa	Mês do desembolso financeiro	Valor (R\$)
Novembro/2013	Dezembro/2013	
TOTAL		

15- Endereço de Entrega/Realização do bem e/ou serviço:

Secretaria de Estado do Meio Ambiente –SEMA-MT, Palácio Paiaguás, Rua C, Cep 78.050/970, Cuiabá, MT, Centro Político Administrativo – CPA, na Coordenadoria de Vistoria e monitoramento – CVM da Superintendência de Gestão Florestal – SGF, novo anexo da SEMA, com o Coordenador Flavio Hoelscher, no 3613.7315.

16- Condições de Pagamento:

- 1) O pagamento será efetuado após a Nota Fiscal estar devidamente atestada pela Gerência de Patrimônio - GPA, em conjunto com a Coordenadoria de Tecnologia e Informação – CTI e com a Coordenadoria de Vistoria e

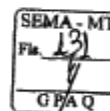
Rua C esquina com a Rua F, s/n - Palácio Paiaguás - Centro Político Administrativo.
Gerência de Processos e Análises - (R\$) 3613-7308 Fax (R\$) 3613-7309



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA



Monitoramento - CVM, e acompanhada dos Certificados de Regularidade Fiscal descritos nos Decretos Estaduais n's 7217/06, 8199/06 e 8426/06, obedecendo aos prazos estabelecidos na Instrução Normativa n° 01/2007/SAGP/SEFAZ.;

II) Certidões obrigatórias, para pagamento de Pessoa Jurídica: 1 - Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; 2 - Certidão Negativa de Débito do INSS – CND; 3 - Certidão Negativa de Débitos para Recebimento da Administração Pública – CND SEFAZ-MT, exigido para as empresas cadastradas no Estado de Mato Grosso; 4 - Certidão Negativa de Débitos do ICMS/IPVA – CND da SEFAZ do Estado de origem, exigido para as empresas cadastradas em outras unidades da Federação;

III) No caso de fornecimento de mercadorias por contribuinte com domicílio fiscal no Estado de Mato Grosso este deverá apresentar ainda, o Comprovante de Nota Fiscal de Vendas para Órgão Público do Estado de Mato Grosso, de acordo com a Portaria nº 31/2005/SEFAZ, publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 16 de março de 2005 e suas alterações.

obs.: Estão dispensados de apresentar Comprovante de Nota Fiscal de Vendas para Órgão Público do Estado de Mato Grosso os contribuintes que apresentarem a Nota Fiscal Eletrônica.

17- Requisitos para Apresentação da Proposta:

17.1- Conhecimento Prévio

Todos os componentes do sistema (receptor GPS, coletor de dados, software de coleta) deverão ser do mesmo fornecedor.

17.2- Perfil do Profissional

Conforme Legislação.

17.3- Perfil da Empresa

Conforme Legislação.

17.4- Plano de Trabalho/Projeto Básico

17.4.1- Metodologia de acompanhamento

Conforme Legislação.

17.4.1.1- Descrição de ferramentas/arquitetura/tecnologia a serem utilizadas (Em caso de investimento de TI)

A descrição faz constar nas especificações do produto.

17.4.1.2- Critérios para controle dos serviços

Conforme legislação vigente.

17.4.2- Descrição do Projeto

Conforme Legislação.

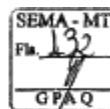
Rua C esquina com a Rua F, s/n - Palácio Paiaguás - Centro Político Administrativo,
Gerência de Processos e Aquisições - (65) 3613-7350 - Fax: (65) 3613-7308 - Cuiabá, MT



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA



17.4.3- Gerencia das atividades

Conforme Legislação.

17.5- Responsabilidades das partes

A proponente deverá ministrar capacitação dos equipamentos.

17.5.1- Da Contratante

Conforme Legislação.

17.5.2- Da Contratada

A proponente deverá das capacitação aos usuários, neste caso aos servidores da SEMA – MT que executam vistorias na Superintendência de Gestão Florestal;

18- Das Garantias:

Garantia de no mínimo 12 (doze) meses no estado de Mato Grosso. Caso haja necessidade de deslocamento do equipamento, as despesas deverão correr por conta do fabricante/representante.

19 – Das Sanções Administrativas

Conforme legislação vigente.

20 – Legislação aplicada ao objeto/Parecer específico se houver

Conforme Legislação

21 – Considerações (se houver):

Cuiabá, 12 de maio de 2014.

Responsável pela elaboração do TR  Flavio Hoelscher da Silva Coordenadoria de Vistoria e Monitoramento (65) 3613.7315/9211.0125	Responsável pela Especificação Técnica  Flavio Hoelscher da Silva Coordenadoria de Vistoria e Monitoramento (65) 3613.7315/9211.0125
Gerente da unidade	Coordenadoria/Superintendência  Cleber Soares Jardim Superintendente de Gestão Florestal SEMA - MT.

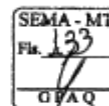
Rua C esquina com a Rua F, s/n - Palácio Paiaguás - Centro Político Administrativo.
Gerência de Processos e Análises - (65) 3612-7950 - Fax (65) 3612-7308 - Cuiabá - MT



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA



Atestamos:		Atestamos:							
<input checked="" type="checkbox"/>	Existência de Saldo Orçamentário no RTA/LOA	<input checked="" type="checkbox"/>	Existência de Saldo Financeiro						
<input type="checkbox"/>	Inexistência de Saldo Orçamentário, mas possui suplementação	<input type="checkbox"/>	Inexistência de Saldo Financeiro						
<input type="checkbox"/>	Não Possui Orçamentário								
<p><i>Joaquim Nunes Borges</i> Analista de Meio Ambiente Economista - SEMA - MT. 20.04.19</p> <p>Técnico CPLAN</p> <p><i>Waneska Maria de A. S. Pereira</i> Gerente de Execução Orçamentária</p> <p><i>W. L. Silva</i> Coordenador de Planejamento</p> <p><i>Valéria</i> Coordenadora de Planejamento</p>		<p>Coordenadora Financeira</p> <p><i>Agelma Francis Silva de Santana</i> Analista Administrativo - Contábil Coordenadora Financeira SAGS / SEMA/MT</p>							
<table border="1"><tr><td><input checked="" type="checkbox"/></td><td>Autorizo realizar os procedimentos legais para a aquisição de bens e/ou contratação dos serviços constantes neste TR.</td></tr><tr><td><input type="checkbox"/></td><td>Não autorizado</td></tr><tr><td><input type="checkbox"/></td><td>Aguarde</td></tr></table> <p><i>Benedito Nery Guanin Strobel</i> Secretário Adjunto de Gestão Sistêmica - SAGS/SEMA</p> <p>Ordenador de Despesa</p>				<input checked="" type="checkbox"/>	Autorizo realizar os procedimentos legais para a aquisição de bens e/ou contratação dos serviços constantes neste TR.	<input type="checkbox"/>	Não autorizado	<input type="checkbox"/>	Aguarde
<input checked="" type="checkbox"/>	Autorizo realizar os procedimentos legais para a aquisição de bens e/ou contratação dos serviços constantes neste TR.								
<input type="checkbox"/>	Não autorizado								
<input type="checkbox"/>	Aguarde								

TR ELABORADO POR: Giselle Lima UNIDADE: SGF RAMAL: 37378



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ANEXO VIII

MINUTA

TERMO DE CONTRATO Nº.
0 ____/SEMA/2014 QUE ENTRE SI
CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO
DO MEIO AMBIENTE - SEMA E A EMPRESA

_____.

O ESTADO DE MATO GROSSO, através da **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA**, inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º 03.507.415/0023-50**, criada pela Lei Complementar nº. 214, de 23 de junho de 2005, com sede na Rua C, esquina com a Rua F, Palácio Paiaguás, Centro Político Administrativo - CPA, nesta Capital, representada pelo Secretário Adjunto de Gestão Sistêmica, Sr. **Benedito Nery Guarim Strobel**, brasileiro, casado, portador do RG nº. 349.280 - SSP/MT e do CPF nº. 298.940.931-91, residente a Rua Dom Antonio Malan, 756, Bairro Poção, CEP: 78.015-608, Cuiabá/MT, nomeado pelo Ato Governamental n.º 18.861/2014 de 26/02/14, doravante denominada apenas **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ: _____, localizada a _____, telefone: _____, representada pelos Senhores _____, portador do RG: _____ e do CPF: _____, doravante denominada **CONTRATADA**, firmam o presente instrumento, em conformidade com o Processos nº. **495955/2013/SEMA, Pregão Eletrônico nº ____/2014/SEMA**, sujeitando-se aos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei nº. 10.520/2002, Decreto Estadual nº 7.217/2006, bem como, mediante as cláusulas e condições a seguir expressas:



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a **aquisição de receptores GPS e rastreador de sinais de GPS**, conforme especificações e condições descritas no Edital de **Pregão Eletrônico nº 0 ____/2014/SEMA/MT** e seus anexos, Termo de Referência nº 01/2013/SGF, que fazem parte integrante deste contrato.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E PREÇO

2.1. O preço para o objeto contratado é o constante da proposta apresentada no **Pregão Eletrônico nº 0 ____/2014/SEMA**, conforme discriminação abaixo:

LOTE ÚNICO

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL R\$
01	ITEM 1. ? RECEPTOR GPS, (APROVADO PELA DGTI ? SEPLAN, AGOSTO/2013), CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: 1.RECEPTOR GPS, ANTENA, COLETOR DE DADOS E MODEM INTEGRADOS NUM ÚNICO EQUIPAMENTO. 2.O RECEPTOR DEVERÁ TRABALHAR COM BATERIA RECARREGÁVEL INTERNA COM AUTONOMIA MÍNIMA DE 10 HORAS E POSSUIR CONEXÃO PARA ANTENA EXTERNA. NÃO SERÃO ACEITOS RECEPTORES QUE UTILIZEM PILHAS COMUNS OU OUTRA FONTE DE ALIMENTAÇÃO QUE NÃO SEJA INTERNA AO RECEPTOR. O EQUIPAMENTO DEVERÁ PERMITIR QUE A BATERIA SEJA CARREGADA INTERNAMENTE, SEM A NECESSIDADE DO USO DE CARREGADORES EXTERNOS; 3.PESAR NO MÁXIMO 0,380 KG, INCLUINDO BATERIA.	06		



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

4.POSSUIR NO MÍNIMO 12 CANAIS PARALELOS COM CAPACIDADE DE RASTREAR E ARMAZENAR DADOS DO CÓDIGO C/A NA PORTADORA L1 DE NO MÍNIMO 12 (DOZE) SATÉLITES. 5.ARMAZENAMENTO DE DADOS QUE POSSIBILITEM ATINGIR PRECISÃO DE 1 A 5 METROS RMS NO PÓS-PROCESSAMENTO DE DADOS CAPTURADOS INSTANTANEAMENTE NO CAMPO, BASEADO SOMENTE NO CÓDIGO C/A. 6.POSSUIR MODEM INTEGRADO 3 G. 7.POSSUIR RECURSO DE VOZ PERMITINDO UTILIZAR O RECEPTOR COMO APARELHO CELULAR. 8.O RECEPTOR DEVERÁ POSSUIR BLUETOOTH INTEGRADO, PERMITINDO CONEXÃO BLUETOOTH E WI-FI 802.11B INTEGRADOS COM DISPOSITIVOS DIVERSOS (COMPUTADOR, TELEFONE CELULAR E OUTROS). 9.O RECEPTOR DEVERÁ POSSUIR PROCESSADOR COM NO MÍNIMO 800 MHZ 10.POSSUIR PADRÃO DE PROTEÇÃO INTERNACIONAL MÍNIMO IP54. 11.SER RESISTENTE A QUEDA DE NO MÍNIMO 1,2 METROS NO CONCRETO. 12.DEVERÁ POSSUIR CÂMERA DIGITAL INTEGRADA COM RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 3.7 MEGAPIXEL COM FLASH, FOCO AUTOMÁTICO E CAPACIDADE DE ARMAZENAR IMAGENS (MÍNIMO: FORMATO JPEG E TIFF) E VÍDEOS (MÍNIMO: FORMATO WMV E AVI). 13.POSSUIR MICROSOFT OFFICE MOBILE. 14.O DISPLAY DO RECEPTOR GPS DEVERÁ SER SENSÍVEL AO TOQUE (TOUCH SCREEN), FACILITANDO ASSIM A OPERAÇÃO EM CAMPO, COLORIDO, TORNANDO A VISUALIZAÇÃO MAIS NÍTIDA MESMO QUANDO EM AMBIENTES EXTERNOS (SOB A LUZ DO SOL) E POSSUIR ILUMINAÇÃO DE FUNDO PARA TRABALHOS NOTURNOS. 15.SISTEMA			
---	--	--	--



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

<p>OPERACIONAL WINDOWS MOBILE VERSÃO 6.5 OU SUPERIOR NO IDIOMA PORTUGUÊS (BRASILEIRO). 16.O COLETOR DEVERÁ POSSUIR ELEMENTOS GRÁFICOS QUE AUXILIEM NA NAVEGAÇÃO PARA WAYPOINTS, COMO DIREÇÃO A SEGUIR, DISTÂNCIA ATÉ O PONTO DE DESTINO, E QUE APRESENTE TODAS AS FEIÇÕES QUE ESTÃO SENDO LEVANTADAS, POSSIBILITANDO AO USUÁRIO A SELEÇÃO DAS INFORMAÇÕES A SEREM MOSTRADAS NA TELA. 17. DEVERÁ POSSUIR DISPLAY COLORIDO DE NO MÍNIMO 8 CM QVGA COM 240 X 320 PIXELS E EXCELENTE VISUALIZAÇÃO MESMO SOB A LUZ DO SOL E ILUMINAÇÃO DE FUNDO PARA TRABALHOS NOTURNOS. DEVERÁ SER CAPAZ DE SELECIONAR QUALQUER PONTO DA ÁREA DE TRABALHO MOSTRADA NO DISPLAY COMO WAYPOINT. 18. DEVERÁ POSSUIR MEMÓRIA RAM PARA PROGRAMAS DE NO MÍNIMO 256 MB E MEMÓRIA DE ARMAZENAMENTO DE DADOS DE 2 GB, PERMITINDO TAMBÉM EXPANSÃO VIA CARTÃO SDHC OU SIMILAR. 19. O RECEPTOR DEVERÁ SER ENTREGUE COM MATERIAL DIDÁTICO NO IDIOMA PORTUGUÊS, ATENDENDO AO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. 20. DEVERÃO ESTAR INCLUSOS OS SEGUINTE ACESSÓRIOS (PARA CADA EQUIPAMENTO): 1 (UM) CARREGADOR PARA A BATERIA INTERNA (100-240 VAC); 1 (UM) CABO PARA CONEXÃO COM O PC (USB); 1 (UMA) ALÇA PARA USO EM CAMPO, 1 (UMA) CANETA PARA USO NO DISPLAY TOUCH SCREEN COM ALÇA. 1 (UM) CARREGADOR DE BATERIA PARA VEÍCULO 1 (UM) CASE; 21. LICENÇA DE SOFTWARE DE COLETA DE DADOS, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS</p>			
--	--	--	--



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

<p>MÍNIMAS: ?O SOFTWARE DE COLETA DE DADOS E CONFIGURAÇÃO DO RECEPTOR DEVERÁ SER APRESENTADO TOTALMENTE NO IDIOMA PORTUGUÊS, INCLUSIVE SEUS MANUAIS, DESENVOLVIDO PARA AMBIENTE WINDOWS MOBILE E COMPATÍVEL COM O SISTEMA OPERACIONAL DO RECEPTOR GPS COTADO. ?CARREGAR COMO ARQUIVO DE FUNDO TANTO ARQUIVOS VETORIAIS (DXF, SHAPE FILE, WMS E OUTROS PADRÕES OGC) COMO IMAGENS RASTER (FOTOGRAFIAS AÉREAS E IMAGENS DE SATÉLITE) NOS FORMATOS MRSID, JPG , TIFF E ECW E OUTROS PADRÕES OGC, PARA AUXILIAR NO TRABALHO DE CAMPO (NAVEGAÇÃO, LEVANTAMENTO, IDENTIFICAÇÃO DE FEIÇÕES, ETC) ?CAPACIDADE DE ARMAZENAR MÚLTIPLOS DICIONÁRIOS DE DADOS CARREGADOS A PARTIR DO SOFTWARE DE MAPEAMENTO OU CRIADOS DIRETAMENTE NO RECEPTOR, PODENDO UTILIZAR O MESMO DICIONÁRIO EM DIFERENTES TRABALHOS (NOVOS ARQUIVOS DE TRABALHO) NO MESMO DIA E EM LOCAIS DIFERENTES, PARA PERMITIR UMA RÁPIDA COLETA DE DADOS (INFORMAÇÕES) DE FEIÇÕES TIPO PONTO, LINHA E ÁREA COM AS RESPECTIVAS INFORMAÇÕES DE ATRIBUTOS. ?DISPOR DO RECURSO DE MEDIR E ARMAZENAR FEIÇÕES TIPO PONTO ENQUANTO MEDINDO UMA FEIÇÃO TIPO LINHA/ÁREA SEM A NECESSIDADE DE ENCERRAR E REINICIAR A FEIÇÃO A MESMA, E DE LEVANTAR DUAS LINHAS OU ÁREAS SIMULTANEAMENTE. ?O SOFTWARE DE COLETA DE DADOS DEVE POSSIBILITAR A ATUALIZAÇÃO DE BASES CARTOGRÁFICAS, ENGLOBANDO OS SEGUINTE</p>			
---	--	--	--



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

FEIÇÃO / CARACTERÍSTICA; B)FERRAMENTAS PARA MEDIR DISTÂNCIAS E ÁREAS BASTANDO CLICAR SOBRE A TELA; C)CARREGAR UMA BASE DE DADOS EXISTENTE, VISUALIZAÇÃO INTERATIVA DO MAPA, COORDENADAS E DOS ATRIBUTOS DAS FEIÇÕES / CARACTERÍSTICAS; D)PERMITIR INSERÇÃO DOS ATRIBUTOS DAS FEIÇÕES TIPO PONTO, LINHA E ÁREA ENQUANTO É REALIZADA A CAPTURA DA MESMA PELO RECEPTOR GPS; E)EDITAR INFORMAÇÕES DE ATRIBUTOS JÁ COLETADOS; F)FORNECER INFORMAÇÕES DE NAVEGAÇÃO A PARTIR DA POSIÇÃO GPS ATUAL PARA UM DESTINO CONHECIDO; G)PERMITIR QUE SEJA INSERIDA COORDENADA DIRETAMENTE NO RECEPTOR PARA REALIZAR NAVEGAÇÃO; H)POSSIBILITAR PLANEJAMENTO DE MISSÃO EM CAMPO; E I)MOSTRAR A CONSTELAÇÃO DE SATÉLITE SENDO RASTREADA NO MOMENTO DO RASTREIO. J)APRESENTAR OS DADOS A SEREM ATUALIZADOS EM CAMPO K)POSSUIR FILTRO QUE MOSTRE APENAS AS FEIÇÕES A SEREM ATUALIZADAS ?POSSIBILIDADE DE COLETAR ATRIBUTOS TIPO MENU, ALFANUMÉRICO, NUMÉRICO, DATA E HORA. ?POSSIBILIDADE DE INCLUIR UM CROQUI COM POSIÇÕES NÃO ASSOCIADAS AO GPS DIRETAMENTE NA TELA DO RECEPTOR. ?POSSIBILIDADE DE INTRODUIR OFFSET (DESLOCAMENTO) PARA AS FEIÇÕES TIPO PONTO, LINHA E ÁREA, E QUE O OFFSET PARA PONTO SEJA DEFINIDO POR DISTÂNCIA E AZIMUTE OU MÚLTIPLAS DISTÂNCIAS E MÚLTIPLOS AZIMUTES. ?PERMITIR A DEFINIÇÃO DE CONDIÇÃO PARA ATRIBUTOS MEDIANTE A ESCOLHA DE UM ATRIBUTO ANTERIOR. GARANTIA:			
---	--	--	--



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

	DE 12 (DOZE) MESES.			
02	LICENÇA DE SOFTWARE DE PÓS PROCESSAMENTO DE DADOS GPS, (APROVADO PELA DGTI ? SEPLAN, AGOSTO/2013), CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: O SOFTWARE DE MAPEAMENTO DEVERÁ SER APRESENTADO TOTALMENTE NO IDIOMA PORTUGUÊS, INCLUINDO MANUAL DO USUÁRIO. DEVERÁ TAMBÉM SER DESENVOLVIDO PARA AMBIENTE WINDOWS PARA RODAR SOB WINDOWS XP OU SUPERIOR. O SOFTWARE DEVERÁ TER UM MÓDULO QUE PERMITA DEFINIR UM ARQUIVO DE CONFIGURAÇÃO PARA O RECEPTOR MÓVEL, QUE CONTENHA INFORMAÇÕES COMO TAXA DE GRAVAÇÃO, PDOP MÁXIMO, SNR MÍNIMO, ETC, OFERECENDO A POSSIBILIDADE DE PROTEÇÃO POR SENHA PARA TODOS OS CAMPOS. DEVERÁ DISPONIBILIZAR OS SEGUINTESSISTEMAS DE COORDENADAS: - GEOGRÁFICA (LAT/LON/ALT), UTM (N, E, H) E PERMITIR A DEFINIÇÃO DE OUTROS SISTEMAS DE COORDENADAS DEFINIDOS PELO USUÁRIO. DEVERÁ DISPONIBILIZAR OS SEGUINTESS "DATUM": - WGS-84, SAD-69 (IBGE), CÓRREGO ALEGRE (IBGE), SIRGAS2000 E PERMITIR A DEFINIÇÃO DE OUTROS ?DATUM? DEFINIDOS PELO USUÁRIO. A APRESENTAÇÃO GRÁFICA DO SISTEMA DEVERÁ INCLUIR AS SEGUINTESS CARACTERÍSTICAS: - APRESENTAÇÃO GRÁFICA SIMULTÂNEA DE VÁRIOS ARQUIVOS DE DADOS; - POSSIBILIDADE DE UTILIZAR MAPAS, ORTOFOTOS E IMAGENS RASTER E VETORIZADAS COMO FUNDO; - PERMITIR AO USUÁRIO ESCOLHER COR E SÍMBOLO PARA PONTOS, COR E ESTILO PARA	01		



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

	<p>LINHAS E COR E PARA ÁREAS; - FILTRAGEM INTERATIVA DE POSIÇÕES POR FEIÇÕES E ATRIBUTOS; - APRESENTAR GRAFICAMENTE OS DADOS MAPEADOS EM ORDEM CRONOLÓGICA. A EXPORTAÇÃO DE ARQUIVOS ASCII DEVERÁ PERMITIR AO USUÁRIO: - ESCOLHER OS DADOS PARA EXPORTAR (LATITUDE, LONGITUDE, ALTITUDE, N, E, ATRIBUTOS,ETC); - ESCOLHER A DISPOSIÇÃO DOS CAMPOS DENTRO DO REGISTRO (DISPOSIÇÃO DAS COLUNAS); - DEFINIR O CARACTER DELIMITADOR; - DEFINIR O FORMATO DOS CAMPOS (NÚMERO DE CASAS DECIMAIS, ALINHAMENTO DIREITO OU ESQUERDO, TAMANHO). DEVERÁ PERMITIR A GERAÇÃO DE CAMADAS POR TIPO DE FEIÇÃO, DURANTE A PROGRAMAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DE DADOS; O SOFTWARE DE MAPEAMENTO DEVERÁ EXPORTAR DADOS NOS SEGUINTE FORMATOS PADRÕES DE GIS (MÍNIMO): - AUTOCAD DXF (COM BLOCOS), SHAPEFILE, DBASE, MAPINFO MIF, MICROSTATION DGN E GOOGLE EARTH KML / KMZ E OUTROS FORMATOS OGC. DEVERÁ POSSIBILITAR TAMBÉM A IMPORTAÇÃO DE DADOS EXISTENTES NOS SEGUINTE FORMATOS, INCLUINDO SEUS ATRIBUTOS PARA ATUALIZAÇÃO DE BASES CARTOGRÁFICAS: - SHAPEFILE, AUTOCAD (DXF), DBASE, MAPINFO MIF E ACCESS MDB E OUTROS FORMATOS DE ACORDO COM OS FORMATOS E PADRÕES OGC. CAPACIDADE DE REALIZAR TODAS AS TAREFAS AUTOMATICAMENTE, DESDE A TRANSFERÊNCIA ATÉ A EXPORTAÇÃO DE DADOS, COM UMA ÚNICA CONFIGURAÇÃO REALIZADA PELO USUÁRIO. APRESENTAÇÃO DAS SEGUINTE INFORMAÇÕES APÓS O PROCESSAMENTO: PDOP MÁXIMO,</p>			
--	--	--	--	--



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

DESVIO PADRÃO, PRECISÕES HORIZONTAL E VERTICAL, COORDENADAS GEOGRÁFICAS DE UM PONTO NA TELA, SATÉLITES UTILIZADOS, QUANTIDADE DE POSIÇÕES LEVANTADAS POR FEIÇÃO / CARACTERÍSTICA; IDENTIFICADOR DE FEIÇÃO / CARACTERÍSTICA, E ATRIBUTOS; PERMITIR A PERSONALIZAÇÃO DA INTERFACE DO SOFTWARE DE COLETA COM UMA FERRAMENTA PRÓPRIA. GARANTIA: DE 12 (DOZE) MESES.			
VALOR TOTAL DA AQUISIÇÃO			

2.2. A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, após a entrega total do objeto ora contratado, o valor total de **R\$** _____ (_____), comprovados por meio de atesto da Coordenadoria de Vistoria e Monitoramento - CVM em conjunto com a Gerência de Patrimônio e a Coordenadoria de Tecnologia e Informação - CTI da **CONTRATANTE**.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1. Os valores descritos na cláusula segunda poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

- a)** Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

3.2. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

4. CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Comparecer no prazo de 05 (cinco) dias para retirada da Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento, bem como assinatura do contrato, contados a partir do recebimento da convocação formal, conforme o caso;

4.2. Executar o fornecimento dentro dos padrões contratados e estabelecidos pela **CONTRATANTE**, de acordo com a especificação do Edital e proposta apresentada, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de condição estabelecida;

4.3. Entregar o objeto do presente contrato no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da ordem de fornecimento;

4.4. Todos os componentes do sistema (receptor GPS, coletor de dados, software de coleta) deverão ser do mesmo fornecedor, devendo ainda a **CONTRATADA** prestar garantia de no mínimo 12 (doze) meses para o objeto contratado, no Estado de Mato Grosso.

4.4.1. Caso haja necessidade de deslocamento do equipamento, as despesas deverão correr por conta da **CONTRATADA**.

4.5. Fornecer capacitação aos usuários sobre o manuseio e a operação dos equipamentos, neste caso, aos servidores do setor demandante da **CONTRATANTE** que executam as vistorias;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

4.6. Aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total contratado;

4.7. Corrigir as irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste contrato, conforme relatório apresentado pelo setor demandante;

4.8. Entregar o objeto, sendo que deverá ser fornecido o bem esperado, conforme especificação técnica descrita no Formulário Padrão de Proposta/Termo de Referência (Anexo I) do edital de **Pregão Eletrônico n.º 0 _____/2014/SEMA;**

4.9. Zelar pela qualidade dos produtos entregues, conforme especificações contidas no Formulário Padrão/Termo de referência (Anexo I);

4.10. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela **CONTRATANTE**, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à **CONTRATANTE**, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

4.11. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da **CONTRATANTE**, no tocante ao fornecimento do objeto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no Edital de **Pregão Eletrônico n.º 0 _____/2014/SEMA**, bem como neste contrato;

4.12. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE** qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

4.13. Se a licitante vencedora não cumprir o prazo estabelecido ou recusar-se a retirar a nota de empenho, sem justificativa formalmente aceita pela **CONTRATANTE**, decairá do direito de



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

fornecer o objeto, sujeitando-se às penalidades dispostas no edital de **Pregão Eletrônico n.º 0 ____/2014/SEMA**, neste contrato e na legislação vigente;

4.14. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**;

4.15. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela **CONTRATANTE**;

4.16. Indenizar terceiros e/ou a **CONTRATANTE**, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a **CONTRATADA** adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

4.17. Se a licitante vencedora, injustificadamente, recusar-se a retirar a Nota de Empenho, a sessão será retomada e, os demais licitantes serão chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sujeitando-se o desistente às penalidades dispostas no item 12 do Edital;

4.18. Quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura do contrato, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, no qual o pregoeiro negociará diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor, não adjudicando em caso de imutabilidade de preço;

4.19. Se o licitante vencedor recusar-se a assinar o contrato, injustificadamente, será aplicada a regra estabelecida nas subcláusulas 3.17 e 3.18;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

4.20. Fornecer garantia dos produtos entregues, conforme definido no Termo de Referência nº 01/2013/SGF, anexo ao edital de **Pregão Eletrônico n.º 0 _____/2014/SEMA**;

4.21. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, na Lei nº. 10.520/2002, no Decreto Estadual nº. 7.217/2006 e Termo de Referência nº. 01/2013/SGF (anexo VII do edital).

5. CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. Entregar o objeto do presente contrato no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da ordem de fornecimento;

5.2. Os produtos descritos neste contrato serão recebidos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

b) Definitivamente, após a verificação dos termos, prazos, qualidade, quantidade e condições do material estabelecidas no Edital e neste contrato e consequente aceitação.

5.3. A entrega do objeto deste contrato deverá ocorrer na Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA-MT, Palácio Paiaguás, Rua C, CEP: 78.050-970, Cuiabá, MT, Centro Político Administrativo – CPA, na Coordenadoria de Vistoria e Monitoramento – CVM, localizada no novo anexo da **CONTRATANTE**;

5.4. O fiscal do contrato, designado pela Coordenadoria de Vistoria e Monitoramento - CVM da **CONTRATANTE**, registrará em relatório as deficiências verificadas na entrega do objeto,

Endereço: Rua “C” esq. com a Rua “F”, s/nº - Palácio Paiaguás – Centro Político e Administrativo. 63
Cuiabá – MT – CEP: 78050-970 – Fones (Fax): 3613-7308/3613-7309



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

encaminhando cópias à **CONTRATADA** para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no edital;

5.5. Os produtos serão recusados e devolvidos nas seguintes hipóteses:

- a) Apresentem vícios de qualidade ou impropriedade;
- b) Nota fiscal com especificação e quantidade em desacordo com o contrato;
- c) Entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios do Edital.

5.6. Aplica-se ainda a **CONTRATADA**, por ocasião do fornecimento dos bens as disposições contidas na Lei n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

5.7. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto do Edital e deste contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA CONTRATUAL

6.1. Não há previsão de garantia para este contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Emitir ORDEM DE FORNECIMENTO, estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

7.2. Receber os produtos adjudicados, nos termos, prazos, qualidade e condições estabelecidas neste contrato e no edital de **Pregão Eletrônico n.º 0 _____/2014/SEMA** e seus anexos;

7.3. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, para que a **CONTRATADA** possa cumprir suas obrigações dentro das normas e, inclusive, permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da **CONTRATADA** em suas dependências;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

7.4. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas no edital, conforme legislação vigente;

7.4.1. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto pendente de entrega do objeto do presente contrato. Este fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.5. Rejeitar, no todo ou em parte, os bens entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**;

7.6. Nomear fiscal do contrato mediante portaria publicada no Diário Oficial, designado para fiscalização, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso do fornecimento e que de tudo dará ciência a **CONTRATADA** (Lei 8.666/93);

7.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**, através do fiscal do contrato;

7.8. Ao Gestor do Contrato compete analisar as regras de negócios, as quantidades e valores a serem contratados de acordo com as disponibilidades orçamentário-financeiras e as necessidades do órgão/entidade.

7.9. Ao Fiscal do Contrato, designado oficialmente pela **CONTRATANTE** cabe, no mínimo:

- Acompanhar a execução, bem como o controle do fornecimento;
- Prestar informações e esclarecimentos ao preposto da **CONTRATADA**, sempre que for preciso;
- Notificar a **CONTRATADA** sobre situações irregulares;
- Fiscalizar o fornecimento dos bens, condizentes com a legislação pertinente.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

8. CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. Efetuar o pagamento no valor correspondente ao **item 2.2. (cláusula segunda)**, após o atesto na Nota Fiscal pelo responsável, comprovando que o objeto foi efetivamente entregue e é o mesmo do objeto deste contrato, o qual deverá obedecer aos termos do Decreto nº 4.752, de 06 de agosto de 2002, c/c o Decreto nº 4.747, de 22 de junho de 1994, bem como na conformidade dos Decretos Estaduais nºs. 7217/06, 8199/06 e 8426/06 e toda legislação pertinente mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, em conformidade com a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2007-SAGP/SEFAZ, publicada no Diário Oficial do Estado em 25.05.2007;

8.2. A **CONTRATADA** indicará no corpo da Nota Fiscal o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária:

8.2.1. Caso constatada alguma irregularidade na nota fiscal/fatura, esta deverá ser devolvida a **CONTRATADA** para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

8.2.2. Nenhum pagamento deverá ser efetuado à **CONTRATADA**, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

8.3. Junto com as Notas Fiscais a **CONTRATADA** deverá **obrigatoriamente apresentar** Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS, sem as quais fica impossibilitada a efetivação da liquidação do pagamento;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

8.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da **CONTRATADA**;

8.5. A Nota Fiscal deverá estar em nome do ESTADO DE MATO GROSSO, com o CNPJ nº. 03.507.415/0023-50 – Inscrição Estadual: Isento, Rua C – Esquina com a Rua F – Centro Político Administrativo – Palácio Paiaguás – CEP: 78.050-970, e deverão ser entregues na **COORDENADORIA DE VISTORIA E MONITORAMENTO da CONTRATANTE** para serem devidamente atestadas;

8.6. O pagamento efetuado à **CONTRATADA** não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade e garantia;

8.7. A partir de 1º de dezembro de 2010, as operações de vendas destinadas à Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS42/2009, recepcionado pelo Artigo 198-A-5-2 do RICMS. Informações através do site www.sefaz.mt.gov.br/nfe.

9. CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da execução do objeto deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão/Unidade: 27101 – SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
Projeto Atividade: 4320
Natureza de Despesa: 4490 5200
Fonte de Recurso: 109



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

9.2. As despesas decorrentes do objeto desta contratação, no exercício seguinte, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA

10.1. A vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1. A rescisão regula-se pelo disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93, no que couber.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste contrato, bem como do edital, sujeita a **CONTRATADA** a multas, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

12.1.1. Quanto à obrigação da retirada da Nota de Empenho no prazo estabelecido:

a) atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2 % (dois por cento);

b) a partir do 6º (sexto) até o limite do 10º (décimo) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.

12.1.2. Quanto às obrigações de solução de quaisquer problemas com os itens adquiridos, e, quanto à aceitação de acréscimos e supressões no valor total da adjudicação:

c) atraso até 2 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento);



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

d) a partir do 3º (terceiro) até o limite do 5º (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia de atraso.

12.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à **CONTRATADA** multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado;

12.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita às seguintes penalidades:

12.3.1. Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

12.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, e;

12.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

12.4. A licitante, adjudicatária ou **CONTRATADA** que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

contratar com o Estado pelo prazo de até 05 (cinco) anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei;

12.5. A multa, eventualmente imposta à **CONTRATADA**, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a **CONTRATADA** não tenha nenhum valor a receber da **CONTRATANTE**, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda a **CONTRATANTE** proceder a cobrança judicial da multa;

12.6. As multas previstas nesta seção não eximem a **CONTRATADA** da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a **CONTRATANTE**;

12.7. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a **CONTRATANTE** reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO DIREITO DE PETIÇÃO

13.1. No tocante a recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no art. 109 da Lei nº 8.666/93.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

14.1. Será designado pela **COORDENADORIA DE VISTORIA E MONITORAMENTO** da **CONTRATANTE**, um servidor qualificado ou uma comissão para exercer a fiscalização do



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

contrato, que terá, dentre outras, a incumbência de solicitar à **CONTRATADA** o afastamento ou a substituição de profissional que considere ineficiente, incompetente, inconveniente ou desrespeitoso com pessoas da **CONTRATANTE** ou terceiros ligados ao objeto do contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO - O exercício da fiscalização pela **CONTRATANTE** não excluirá nem reduzirá as responsabilidades de competência da **CONTRATADA**.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Este contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas previstas na Lei nº 8.666/93, respondendo elas pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

15.2. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, que, a critério da **CONTRATANTE**, que se façam necessários, até o limite de 25% do valor global deste contrato;

15.2.1. As supressões poderão ultrapassar o limite acima estabelecido, havendo acordo entre as partes;

15.3. A **CONTRATANTE** poderá revogar este contrato, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

15.3.1. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente, impedindo efeitos jurídicos que nele, ordinariamente, deverá produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

15.3.2. A nulidade não exonera a **CONTRATANTE** do dever de indenizar a **CONTRATADA** pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo a responsabilidade de quem lhe deu causa.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

E, por se acharem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais.

Cuiabá, _____ de _____ de 20 ____.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 _____

2 _____

CPF:

CPF: